



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| GRUPO DE TRABALHO DAS IES - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR | | | |
| EVENTO: Outros Eventos Consultoria Legislativa | REUNIÃO Nº: 0832/18 | DATA: 03/09/2018 | |
| LOCAL: Plenário 16 das Comissões | INÍCIO: 14h05min | TÉRMINO: 17h04min | PÁGINAS: 66 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Professor.
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ — Professora.
OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Professor.
ALEXANDER SIBAJEV - Professor da Universidade Federal de Roraima — UFRR.
JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho — UNESP.
FÁBIA TRENTIN - Professora da Universidade Federal Fluminense — UFF.
RENATA TRENTIN PERDOMO - Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS.
SÉRGIO MENDONÇA - Professor da Universidade Federal Fluminense — UFF.

SUMÁRIO

Instalação do grupo de trabalho destinado à avaliação dos desafios das instituições de ensino superior públicas do País.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Boa tarde a todos.

Sou Renato, da Consultoria Legislativa da Casa.

Podemos dar início aos trabalhos.

Há alguém que ainda está chegando. Não é isso? Quem é? *(Pausa.)*

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Já chegou.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Já chegaram todos?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Há um que não pôde vir.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Sim, o George.

São 6. Estão todos o.k.? *(Pausa.)*

Iniciamos os trabalhos do grupo de trabalho destinado a avaliar desafios e a propor agenda para as instituições de ensino superior públicas brasileiras.

Temos como Coordenador do GT o Prof. Roberto de Souza Salles, da Universidade Federal Fluminense.

Esta é uma reunião de abertura. A ideia é de que estabeleçamos os primeiros delineamentos dos trabalhos que serão desenvolvidos.

Tem a palavra o Prof. Roberto Salles.

Por favor.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Muito obrigado, Renato.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer pela confiança ao Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, por ter aceito os nossos nomes para compor esta importante Comissão.

Como sabemos, hoje nós passamos no Brasil por um momento difícil, de aperto monetário, de aperto orçamentário e também, dentro do aperto orçamentário, de aperto financeiro. E, obviamente, isso atinge a todos.

Então, nós inicialmente temos que estabelecer aqui um planejamento da forma como nós vamos conduzir os nossos trabalhos. Nós fizemos uma proposta — Renato e eu — de como deve ser essa dinâmica.

Eu já apresento aqui a proposta de convidar representantes de alguns órgãos para fazerem uma explanação, inicialmente de 15 minutos, podendo haver prorrogação.



Como nós temos um tempo muito pequeno, a minha proposta é de que no próximo encontro tenhamos um trabalho mais alongado, de mais de 1 dia, e que possamos, para cada dia, convidar pelo menos 3 ou 4 entidades e seus representantes para falar.

Eu já estou sugerindo aqui convidarmos a ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Inclusive já pegamos uma proposta que ela fez para os candidatos à Presidência da República. Também sugiro que chamemos entidades como o ANDES — Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a FASUBRA — Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil e a UNE — União Nacional dos Estudantes.

Sugiro convidarmos, da Câmara dos Deputados e do Senado, o Presidente da Comissão de Educação, um representante do Ministério da Educação — se não vier o Ministro, pode vir o Secretário de Ensino Superior ou o Secretário-Executivo — e o Presidente da CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Eu acho que isso já forma um leque de pessoas e entidades que pode nos ajudar a enriquecer o nosso trabalho.

A minha sugestão, Renato, é de que, por exemplo, no caso de ANDIFES, ANDES, FASUBRA e UNE — e eu já estive lá —, a Profa. Margareth me ajude, porque ela faz parte da Comissão, é Reitora da Universidade Federal da Paraíba, a fazer esses convites.

O Presidente da Comissão de Educação da Câmara e do Senado, o representante do MEC e, obviamente, dentro do bojo, da CAPES e do CNPq, e alguém também da área de ciência e tecnologia, do Ministério, eu gostaria, se fosse possível, que o Presidente convidasse, já que se trata de dois Ministérios, que têm entidades vinculadas: um tem vinculada a CAPES, e o outro, o CNPq. Eu acho que isso dá um peso grande a esses convites.

Essas são as propostas iniciais. O que nós temos que fazer também é indicar um Relator para esse trabalho. Eu já gostaria, inicialmente, de perguntar quem gostaria de...



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - O Sérgio se propõe?
(Pausa.) Alguém mais gostaria? *(Pausa.)*

Então, Sérgio, você aceita ser o Relator. Vou pedir a você que faça o relato, que é um trabalho muito importante. Obviamente, com a...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Sr. Presidente, Magnífico Reitor, parece-me muito significativo que nós possamos estabelecer a relatoria, mas me parece que, antes, sem prejuízo do nosso querido conterrâneo, que me parece, de algum modo, ter passado por Minas Gerais — então me encanta profundamente estar conhecendo V.Maga. hoje —, nós deveríamos debater um pouco mais o escopo, o objetivo da Comissão e até onde talvez os próprios membros da Comissão se dispõem a ir nesse processo de contribuição para com a Câmara dos Deputados, até para sabermos de que se trata ou do que pode se tratar.

Perdão pela intervenção. É apenas uma intervenção de ordem. Por isso não saúdo generalizadamente os membros da Comissão. Eu o farei na minha primeira intervenção.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Prof. José Luiz, a sua intervenção foi...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não contra a indicação do Relator, apenas para aclarar.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - ...perfeita, mas o fato é que o que nós já falamos inicialmente teria que ter sido anotado, obviamente. Por isso temos que ter um Relator, independentemente da condução. Isso é um fato.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu gostaria, sim, de propor a indicação de uma Vice-Presidência da Coordenadoria ou de um Vice-Coordenador. Eu vou sugerir o nome da nossa reitora, se for possível.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Boa tarde a vocês todos.

Eu queria agradecer a deferência, mas, com a devida vênia, porque hoje represento 63 reitores das federais no Conselho Administrativo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSEH, sou da Diretoria do Grupo Coimbra



e estou na ANDIFES Nordeste, eu pediria que fosse talvez uma pessoa mais próxima de você, Prof. Roberto. Pode ser?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu até prefiro que seja... Eu acho que não precisa ser muito próxima.

Não sei se José Luiz aceitaria a Vice-Coordenadoria...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Novamente, com toda a alegria, muito obrigado pela lembrança. Agradeço a V.Maga., a Presidência, pela sugestão, mas confesso, se bem compreendi, no nosso primeiro momento, que penso que deveríamos, antes de estabelecer qualquer desdobramento, conversar um pouco.

Pessoalmente, eu me sinto estimulado a contribuir, mas não sei bem onde e como. Acho que a ponderação de S.Maga. é correta, na medida em que também não sabemos se não será o caso de concentrar as atividades mais próximas à Presidência. Portanto, seria mais razoável ter alguém localizado no Rio de Janeiro, para facilitar a relatoria e até mesmo a coordenação das atividades.

Se me permite V.Maga., vou insistir neste ponto: sei que talvez a nossa primeira tarefa seja a de estabelecer a coordenação, a relatoria... Aliás, a coordenação já vem estabelecida, o que é um grande alento para nós. Mas dos demais pontos talvez a Casa pudesse cuidar, nesses primeiros momentos. Talvez o próprio corpo técnico pudesse cuidar das anotações necessárias, nesses primeiros momentos desta reunião de hoje, até o momento em que tivéssemos um pouco mais de clareza, para sabermos o que podemos estabelecer.

Eu acho que, para isso, o ideal é começarmos por uma apresentação e, talvez, por alguma sugestão que venha junto com a apresentação de cada um de nós.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Seria o item seguinte à apresentação.

Vamos acatar a sua brilhante proposta e vamos iniciar por uma apresentação. Depois, ouviremos a manifestação de cada um sobre a minuta que foi elaborada, já pensando no tempo curto que nós temos.

O ideal é que o resultado final deste trabalho, o relatório, fique pronto antes do final de outubro.

Vamos iniciar por José Luiz Borges Horta e seguir no sentido anti-horário.



O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Que responsabilidade imensa!

Bom dia a todos. Fico extremamente feliz de acordar em companhias tão importantes.

Ontem à noite eu tive a primeira oportunidade de travar contato com os Currículos Lattes de V.Sas. Em assim sendo, tive a oportunidade de fazer — e está no grupo do WhatsApp — uma pequena sistematização, para que tivéssemos todos uma noção de a quantas vamos, tamanhamente diversa é esta Comissão na sua profundidade de saberes e na intensidade do grupo. Há muitos catedráticos aqui, dois magníficos reitores. Quem foi rei jamais perde a majestade.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não há a menor dúvida.

Eu sou apenas um professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Porém, professor em dedicação exclusiva a vida toda. Dentro da Faculdade de Direito fiz toda a minha carreira, com exceção de um período em pós-doutorado na Universitat de Barcelona, onde fui professor visitante e também fiz o pós-doutorado, ao mesmo tempo, na área de Filosofia.

Eu sou centrado nas áreas mais críticas do Direito. Na verdade, hoje sou professor associado de Teoria do Estado na UFMG, mas vim da área de Direito Constitucional, de reflexões nesse sentido, de Filosofia do Direito, do Direito Constitucional, da Teoria do Estado.

Passei por todas as etapas colegiadas da UFMG, sem nenhuma exceção. Parece-me que não há órgão colegiado da universidade que eu não tenha integrado. No momento, participo apenas de três colegiados de graduação (*riso*): da minha Câmara Departamental, da minha Congregação de Unidade e do Conselho Universitário.

Eu sou um entusiasta da colegialidade. Adoro reuniões, adoro reuniões longas, detesto reuniões curtas, adoro reuniões que se prolongam no tempo. Fico muito feliz que a passagem tenha sido marcada para amanhã. É um prenúncio de que vamos seguir a madrugada discutindo. (*Riso*.) Suponho que não, imagino que não, mas é sempre um otimismo, não é?

O que mais dizer neste momento? Eu tenho um pequeno livro, que não consegui trazer comigo, mas que prometo trarei na próxima sessão, que foi fruto da



minha dissertação de mestrado e é também um hino de amor à universidade, que saiu publicado com o título *Direito Constitucional da Educação*. As questões do Direito Educacional são muito afetas a mim.

Trago propostas. Porém, as propostas que trago divergem ou diferem do usual em grupos de trabalho. Isso porque, segundo penso, nós estamos num momento particularmente privilegiado para o Parlamento brasileiro intervir nesses debates.

Eu acho que em mãos de V.Maga. está uma ocasião ímpar de propor sugestões profundamente impactantes na nossa estrutura de educação superior pública.

No mais, eu gostaria muito de saudar os colegas. Bom, os catedráticos não são colegas, mas, enfim, eu os admiro profundamente em suas áreas. É uma honra muito grande poder estar aqui ao lado de todos.

Agradeço profundamente à Presidência da Casa por este gesto de nos acolher aqui. Não sei se V.Maga. é mineiro de origem também, tendo sido originalmente graduado na PUC Minas. (*Risos.*) Bom, isso me deixa na mineiridade, o que lhes dará algo um pouco atípico, porque sou um mineiro que gosta muito de dizer mais do que os mineiros em geral dizem. Os mineiros somos muito calados, acautelados. Eu não sou muito acautelado, não, eu gosto de proposições mais avançadas em algum sentido.

Mas amo acima de qualquer outra coisa a universidade pública brasileira e acho que nós precisamos fazer muito para reencantá-la por si mesma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Muito bem.

Por favor, Prof. Otílio.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Meu nome é Otílio Machado Pereira Bastos.

A Universidade Federal Fluminense, para mim, é minha família, é tudo. Aliás, desde que tinha 4 anos de idade eu frequento a universidade. O meu tio era professor na época, catedrático, e a minha tia era secretária da Faculdade de Medicina, antes de existir a Universidade Federal Fluminense. Portanto, já está um pouco no sangue. O meu avô foi fundador da Faculdade de Medicina. O meu tio,



também médico, foi o primeiro catedrático de parasitologia da Universidade Federal Fluminense. Então, os parasitas estão no meu sangue desde gerações passadas. É uma questão placentária quase. (*Risos.*)

Bom, eu fiz Medicina para ser cirurgião. No segundo ano, infelizmente, os genes falaram mais alto e acabei trabalhando, durante toda a minha carreira, na área de parasitologia e microbiologia — portanto, de bacteriologia, virologia e imunologia. Achando que na verdade não era tempo, de qualquer forma, um mês antes de me formar em Medicina, passei nas provas da Fundação Oswaldo Cruz, onde fiz um curso chamado de “básico” e depois mestrado. Muitos anos depois, na ENSP — Escola Nacional de Saúde Pública, fiz doutorado. Um dos meus companheiros foi o Prof. Alexander.

Dentro dessa ideia de ensino que tenho, fui galgando todas as possibilidades, tanto em relação à minha disciplina, ao meu departamento, quanto à gestão. Fui Chefe de Departamento, Coordenador de Integração Acadêmica da Pró-Reitoria de Extensão e pela segunda vez estou Diretor do Instituto Biomédico, do qual me orgulha muito fazer parte o Prof. Roberto.

Dentro dessa lógica, eu tenho muita preocupação e, é claro, esperança também, com o meu “amigo *data vênia*” aqui, de fazermos um trabalho que possa apontar, que possa contribuir para a melhoria do nosso ensino superior em si. E, é claro, não podemos pensar em ensino superior sem também pensar em ensino pré-superior, vamos dizer assim. Não gosto do termo “básico”. Parece que é uma coisa inferior.

Na verdade, essa extensão que o meu querido amigo aqui está querendo — e tomo a liberdade de falar assim — também é uma preocupação minha, porque os limites desta Comissão, que estão mais ou menos objetivados no último parágrafo da introdução, que já tinha lido anteriormente, seriam uma coisa muito genérica. Penso que podemos fazer algumas propostas mais específicas em si, em cada caso.

É claro que, diante da magnitude da complexidade do ensino superior no Brasil, com realidades totalmente distintas — e me orgulho de ter participado disso, desde a Região Amazônica em si até outras regiões, como a Região Sudeste —, nós tínhamos que pensar numa regionalidade e, ao mesmo tempo, numa condição



que traga dignidade a cada uma dessas localidades. Portanto, a disparidade é muito grande em relação a tudo isso.

A minha expectativa é a de trabalhar. Eu não tenho, vamos dizer assim, saúde para reuniões longas, como o meu amigo aqui, muito mais novo do que eu, mas, de qualquer forma, acho que as reuniões têm que ser eficientes.

Um amigo meu, quando ia examinar teses, pegava uma balança, daquelas de pesar peixe, e dizia: *“Meu querido, vamos ver quanto pesa esta tese aqui”*. Eu não vejo dessa forma. Eu acho que o papel aceita tudo. Ficaria muito frustrado, nesta altura da minha vida, de ter alguma coisa muito bonita, filosófica, fantástica no papel que não pudesse ser trabalhada no mundo real. Até o país das maravilhas da Alice não era bem uma maravilha, e o autor não era tão fantástico quanto se fala. *(Risos.)*

Um grande amigo meu, talvez o maior pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, que se chamava Lobato Paraense, dizia o seguinte: *“A única coisa boa de ser velho é que ele pode ser chato. Eu falo as coisas que eu penso, e dizem: ‘Ah, ele é velho, ele é chato’”*.

Então, nesta altura da minha vida, eu não quero ser reitor, não quero ser Ministro da Educação nem Deputado Federal, mas gostaria muito que nós déssemos uma oportunidade mais democrática ao nosso povo e, ainda mais, o que é uma coisa que me preocupa muito, gostaria que as universidades brasileiras realmente representassem os anseios da população. Eu não acredito que sejam isso. Acho que é muito mais um sonho erótico de uma noite de verão o pré-universitário do que realmente o que acontece nas universidades.

É claro que verbas são fantásticas, mas, muito mais do que verbas, as mentes e as trilhas que podem ser determinadas na universidade são tão ou mais importantes do que simplesmente um programa, do que o aumento das verbas de uma forma às vezes até pontual para as universidades. Eu, por exemplo, admiro muito, eu gosto. O meu dever de casa eu também faço.

A universidade brasileira que eu admiro mais é a UFMG. Por quê? Porque a UFMG sabe gerir fundos como nenhuma outra. Desculpem-me as paulistas — obviamente, não sou paulista, sou papa-goiaba, porque nasci em Niterói —, mas a UFMG para mim é o *top* da gestão no Brasil.

Muito obrigado.



Espero que tenhamos sucesso nessa árdua missão.

O SR. ALEXANDER SIBAJEV - Boa tarde a todos.

O meu nome é Alexander Sibajev. Eu queria agradecer o convite do Prof. Roberto Salles e dizer do prestígio que é estar nesta tarde aqui com todos vocês. Eu sou professor da Universidade Federal de Roraima, mas minha origem é o Rio de Janeiro, onde me formei e fui colega do Prof. Otilio, inclusive tendo como um dos primeiros professores o Prof. Lobato Paraense, na FIOCRUZ, onde eu passei 10 anos. Mas indo à Região Norte várias vezes por causa da nossa área de estudos de parasitologia — malária, leishmaniose —, eu acabei sendo fisgado pela Universidade em Roraima, um lugar fantástico. E tive o prazer de participar da construção dessa Universidade, quando Roraima deixava de ser Território para ser tornar um Estado.

Hoje Roraima é conhecido justamente por causa da questão de fronteira e por ser uma região estratégica muito importante. Muita gente ainda não conhecia o Estado e o confundia com Rondônia, até por causa, às vezes, das iniciais. Mas é um lugar de muito potencial. Há ali ainda um vazio estratégico e um vazio habitacional com necessidades de desenvolvimento. Então, eu venho com a visão do Rio de Janeiro, mas também com a visão de quem já está em Roraima há 22 anos e, de certa maneira, tenha contribuído e ajudado a desenvolver o Estado, com ciência, tecnologia e educação na área de saúde.

Minha formação básica é em Biomedicina e em Biologia. Uma curiosidade: eu tenho formação em Direito também, com registro da Ordem, mas eu milito mais na área da saúde. Fui coordenador do curso de Medicina e Diretor do Centro de Ciências da Saúde, que construímos. Hoje, a universidade tem curso de Enfermagem e, quem sabe, vai ter outros cursos e um hospital federal.

Então, eu vim com uma visão também da questão regional das grandes distâncias, das distâncias amazônicas que existem no nosso País, das diferenças de desenvolvimento, das desigualdades regionais.

Apesar da minha ligação com a UFF, da qual sou professor visitante, muitas vezes a convite do Prof. Otilio, acho que eu posso contribuir dando o meu testemunho. Também já (*ininteligível*), tendo essa experiência lá de dar uma visão



da realidade da Região Norte. Pouca gente se dá conta de que a Região Norte corresponde a 60% da área do nosso País. Se retirarmos a Amazônia...

Mas na Amazônia temos problemas amazônicos, distâncias amazônicas e isolamento regional. Às vezes, não é muito fácil chegar aos grandes centros. Por exemplo, eu viajei nesta madrugada em um voo de quase 5 horas para chegar aqui. Então, isso nos afasta dos congressos, dos grandes centros de desenvolvimento. No entanto, há potencialidades. Há, por exemplo, a Zona Franca de Manaus, região com 400 indústrias, gerando tecnologia. Lá temos também um potencial riquíssimo de reservas extrativistas vegetais, minerais, desenvolvimento sustentável, o que demanda muita tecnologia. Então, eu vou tentar contribuir um pouco com essa experiência também.

Muito obrigado.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas.

Quero primeiramente agradecer ao Prof. Roberto e dizer que diferentemente do colega — agora eu vou chamá-lo de colega —, eu penso que seremos colegas aqui de trabalho já.

Eu nem falei o meu nome, eu sou a Josiani, da Universidade Estadual Paulista — UNESP de Franca. Sou da área de serviço social. Eu trago algumas características que penso que poderiam contribuir com este grupo: por ser das Ciências Sociais Aplicadas; por estar numa região que é o interior, bem interior — aqui quase todo mundo está na capital; e por ser de uma área que realmente discute a questão do impacto social da universidade na vida das pessoas.

Por mais que eu seja da área de serviço social, tenho estudado a questão da educação e do ensino superior de forma geral. Sou vinculada também ao Ministério da Educação por outras vias. Então, eu espero poder contribuir de alguma forma. Do próprio nome do grupo de trabalho já consta o termo “desafios”. Eu penso que teremos um desafio muito grande pela frente ao discutir, antes de tudo, a educação mais do que o ensino superior.

É isso então. O nosso desejo é de que façamos um ótimo trabalho e que possamos contribuir de forma geral como colegas de trabalho, de pensamento, de educação.



Muito obrigada. Espero que tenhamos um bom trabalho.

A SRA. FÁBIA TRENTIN - Olá! Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Que bom que estamos representadas por mulheres nesta Comissão. Muito obrigada ao Prof. Roberto Salles pela oportunidade. Muito obrigada ao Renato e a toda a equipe aqui da Câmara pelo apoio até aqui e acredito que mais adiante também, durante todo esse trabalho.

Eu sou a Fábiana Trentin. Estou vinculada à Universidade Federal Fluminense. Eu sou um pouquinho de cada lugar pelo qual passei. Eu sou paulista, me criei no Mato Grosso do Sul, vivi em São Paulo, Capital, e vivo há 10 anos em Niterói. Eu sou formada em Agronomia, mas me especializei na área de políticas de turismo, meio ambiente, políticas públicas e governança, dedicando-me à área do turismo. Entretanto, por conta de um estudo recente vinculado à administração pública e gestão pública, eu me aproximei também da educação.

Dentro do que eu tenho visto, do que eu tenho trabalhado, do que eu tenho procurado atuar inclusive junto com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, eu concordo com os colegas que já falaram com relação à questão das medidas impactantes, como o Sr. José Luiz falou. Os momentos críticos das políticas são momentos que nos desafiam, são momentos oportunos para a mudança.

Eu espero que isso não seja só na teoria dos ciclos das políticas, mas que nós saibamos aproveitar esse momento com o qual todos já manifestamos preocupação e compromisso em colocar em prática. Quero aproveitar então este momento que o País vive, que nós vivemos e essa oportunidade que nós temos para propor não só o discurso da inovação, mas também medidas passíveis realmente de melhorar a educação, de melhorar o ensino superior.

Esse é um desafio, já é um desafio grande, independentemente do contexto atual da realidade brasileira, como já foi dito, a diferenças regionais. E isso não pode ficar de fora.

Então, com essa minha fala, deixo o meu compromisso de dedicação e de contribuição a esta Comissão.

Bom trabalho a todos nós!

A SRA. RENATA TRENTIN PERDOMO - Boa tarde a todos.



Acho que já perceberam de onde eu sou quando falei “boa tarde”. Eu sou de Campo Grande, chamo-me Renata e sou professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS há 6 anos. Fiz pós-graduação em São Paulo, em lugares com mais desenvolvimento, mas me formei naquela universidade e hoje enxergo o que ela cresceu e o que precisa crescer.

Agradeço ao Prof. Roberto Salles e a todos por esta oportunidade. Pensei em aceitar este convite porque o vi como uma oportunidade de mostrar a UFMS pelo lado da diversidade e das diferentes realidades que nós das universidades temos — cada um tem a sua problemática, digamos assim.

Em março de 2017 eu estava como coordenadora de curso, junto à direção do então existente Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que foi dividido em outros três centros. Eu participei disso ativamente e, como professora, docente e pesquisadora que sou, comecei a perceber o quão grande é o mundo das políticas que temos que mexer para conseguir uma universidade de qualidade — não só qualidade de ensino, mas também qualidade de convivência com o ser humano, qualidade de gestão.

Eu posso garantir que com a vivência da separação desse Centro, da qual participei ativamente, e com a vivência da realidade da universidade, eu consigo contribuir no que for possível com essa visão.

Agradeço mais uma vez.

Espero que consigamos realmente atingir os objetivos. Pelas proposições de cada um, vimos que todos querem realmente fazer uma mudança, mas uma mudança atingível. É isso que eu também desejo.

Obrigada.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Reitero o desejo de boa tarde a todas as pessoas presentes.

Meu nome é Margareth Diniz, médica e farmacêutica de formação. Fui diretora técnica por 8 anos de um hospital universitário e diretora por 8 anos do Centro de Ciências da Saúde. Nossa estrutura na Universidade é cêntrica, agrupando todas as faculdades da área da saúde — Medicina, Farmácia, Odontologia, etc., totalizando onze cursos. E desde novembro de 2012 eu estou



como Reitora da Universidade Federal da Paraíba, quase completando 6 anos de mandato.

A princípio, quando eu olhei a lista dos que comporiam a Comissão, eu confesso que, como eu não conhecia a maioria das pessoas, foi no Prof. Dr. Roberto Salles que me firmei para dizer que eu estaria aqui. Perguntaram-me: *“O que é isso? O que vocês vão fazer se já existe tanta Comissão no País?”* Eu disse: *“Então é nesta que eu devo estar”*.

A sua Reitora, Prof. José Luiz, disse-me: *“Você vai ter lá uma mente brilhante”*. Aí eu fui me animando, vendo as mulheres participando da Comissão, então eu vim com muita satisfação. Gostei do discurso do Dr. Otílio, de que precisamos fazer o nosso dever de casa. É sempre válido botar tudo no papel, mas eu acho que há algumas questões que precisam ser discutidas. Por exemplo, existe o Plano Nacional de Educação — PNE, que diz uma coisa, e, no contraponto, a Emenda Constitucional nº 95, que é frontalmente contra o Plano.

Há questões de orçamento para serem discutidas. A assistência estudantil é uma questão crucial. Nós queremos que o Decreto nº 7.234, de 2010, que viabiliza a Política Nacional de Assistência Estudantil, seja transformado em lei, porque, se ele for desfeito, haverá uma catástrofe no ensino superior público deste País.

As faculdades de medicina nas universidades públicas estão sem hospitais, e há um quantitativo de faculdades particulares no País cujos alunos concorrem com as vagas de estágio nos hospitais. Isso é extremamente preocupante. Estas faculdades têm como pagar a preceptoría, mas as universidades públicas não têm. Há uma lei que diz que o hospital tem que abrigar primeiro o estudante da universidade pública, mas isso não acontece. Acho que nós poderíamos deixar isso documentado para que realmente acontecesse.

Sou terminantemente contra se criar novas faculdades particulares de medicina, porque com as que nós temos é possível, sim, dar conta do que precisamos. O que existe hoje é uma grande diferença regional e de mobilidade, porque os cursos se concentram nas capitais do País. Mas por que não vão para fora das capitais? Não vão porque querem ficar na capital e não há a menor infraestrutura necessária para lá permanecer.



Dr. Roberto, às 6 horas da manhã há 10 ônibus escolares, transportando pacientes doentes, parados na frente do nosso hospital universitário. Esses ônibus escolares são do Estado, públicos, e são para o transporte de estudantes e não de doentes.

Os prefeitos das cidades não querem contratar um médico e melhorar a estrutura do posto e empurram os doentes para as adjacências, sobrecarregando e causando todo um desmantelamento.

Eu sou professora titular da minha universidade e sou pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

Quando ele me falou da reunião, eu disse que havia tanta coisa para dar conta, e por isso eu vim com muita satisfação. Sei da exiguidade do tempo, uma vez que temos 90 dias para dar uma contribuição e encaminhá-la para a Presidência, mas eu acho que, sendo uma Comissão da Presidência da Câmara, talvez haja esforço suficiente para que o que for proposto possa ser de fato realizado.

É com essa disposição e com essa motivação que eu estou aqui.

Agradeço o convite, Prof. Roberto. É uma satisfação continuar o trabalho com você, um Reitor muito determinado e que fez toda a diferença na ANDIFES.

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Eu sou Sérgio, da Universidade Federal Fluminense — UFF. Eu sou professor de matemática. Formei-me em Filosofia, depois fiz Engenharia no Instituto Militar de Engenharia — IME, depois mestrado e doutorado em Matemática e acabei sendo professor da Universidade Federal Fluminense.

Na UFF eu participei de alguns processos interessantes: participei da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; depois fui um dos redatores do REUNI da UFF, que acabou sendo um plano de expansão que dobrou o tamanho da Universidade, o que foi muito interessante para a questão da inclusão social; e mais recentemente fui Pró-Reitor de Assuntos Estudantis durante um tempo. Cheguei a ser candidato a reitor, inclusive, na última eleição. O Prof. Roberto era o outro candidato. Nós temos essa vontade de transformar.

Quando vi a proposta de uma Comissão com essa definição genérica, eu achei isso muito bom. Por que é muito bom? Porque nós vamos poder, exatamente, atingir o alvo. Vamos definir qual é esse alvo e tentar atingi-lo. Do que,



pessoalmente, eu não gostaria? Que fosse um trabalho genérico, no qual a educação é muito importante, as federais são muito importantes e precisam de mais recursos. Nós dizemos isso há séculos.

Agora, seria interessante nós conseguirmos fazer um projeto concreto, com ações que transformem a realidade do Brasil e a realidade das universidades, para que a sociedade reconheça nesse projeto uma oportunidade, e não simplesmente ser mais um setor pedindo recursos neste momento de crise. Seria interessante conseguirmos formular projetos bem concretos, que inclusive fossem vistos como investimentos, porque se vai trazer recursos a partir de certas ações.

Vou dar alguns exemplos. Alguma coisa já foi falada aqui. A questão da inclusão social fala por si mesma. É claro que o REUNI teve importância na transformação das universidades ao abrir as portas das universidades federais e dos institutos federais. Isso foi muito importante e teve um impacto gigante na inclusão social no Brasil. Mas essa é uma parte do processo. É preciso fazer muito mais.

Imagine, por exemplo, que houvesse uma série de propostas na área de inovação tecnológica. O Brasil, alguma vez na vida, teve um carro brasileiro. Todo mundo se lembra do Gurgel. Depois a empresa quebrou. Poxa vida! Será que, em parceria...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - E não tem mais.

Imaginem uma parceria entre as universidades, um projeto governamental que envolvesse as competências científicas das universidades — eu estou dando um exemplo, mas não tem que ser isso —, e uma estatal que, eventualmente, produzisse veículos.

A EMBRAER já produz aviões de guerra. Por que o Brasil não tem produção de aviões para a aviação civil? Como é que as universidades poderiam ajudar na questão da ciência? Eu estou dando alguns exemplos.

Houve uma época no Brasil, no período militar, em que se tentou, com um mecanismo que não deu certo, a reserva de mercado. As empresas brasileiras compravam as peças, montavam e vendiam por um preço exorbitante por causa da reserva. Aquela política foi um fracasso, mas poderia ter sido feita de forma diferente. Poder-se-ia, eventualmente, criar uma estatal para produzir veículos. O



Brasil já mostrou que sabe produzi-los. Ele já fez isso. E haveria a parceria das universidades com editais.

Eu estou dando alguns exemplos, mas pode não ser isso. Minha intenção é nos desafiar a pensar juntos. O que podemos propor para fazer com que a sociedade veja e fale: *“Poxa vida, há um caminho aqui!”*? O que podemos propor para fazer com que todos os presidentiáveis vejam e falem: *“Poxa, eu vou abraçar isso aqui, isso é viável! Isso aqui não é simplesmente um gasto, é um investimento. Eu estarei investindo no futuro do País”*?

Era um pouco disso que eu queria falar. Não podemos perder essa chance. Quando eu vi isso, falei: *“Genérico é ainda melhor”*. Vamos aproveitar essa oportunidade, pois talvez não tenhamos outra, mas não para fazer um discurso filosófico — eu sou filósofo — sobre a universidade. Não é o caso aqui falar da importância da universidade. A ideia é mostrar a sua importância objetivamente. Ela é importante porque pode contribuir com uma série de questões.

Eu estava conversando com uma professora da área de altas habilidades, a Profa. Cristina Delou, e ela me passou dados sobre os alunos superdotados nas escolas. A quantidade de superdotados registrados hoje é muito inferior do que há, na média, em outros países. O Brasil subdimensiona os seus superdotados no ensino básico, médio, etc. Isso gera duas consequências ruins. Às vezes, essas crianças têm o problema do autismo. Vê-se o autismo, mas não se percebe que há uma genialidade ali e não se colabora para que aquela criança desenvolva o seu potencial.

Eu fiquei muito impressionado. Os números eram altíssimos. A proporção, se não me engano, era de umas 800 mil pessoas no País. Olhem o que isso significaria para o País! Por que não se encontram essas crianças? Porque o nosso professor não está preparado para identificar essas situações nem para conduzir as soluções.

Resumindo, eu acho que há muita coisa que podemos pensar juntos, contribuir, para que esta Comissão realmente tenha o impacto que gostaríamos.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Bom, eu vou fazer a minha apresentação.

Meu nome é Roberto de Souza Salles. Eu entrei na universidade em 1977. Então, eu peguei o regime militar e todos os Presidentes pós-regime militar. Quando



entrei na universidade, eu morava na Ilha do Governador. Já entrei como bolsista de trabalho. Eu não poderia frequentá-la nem pegar duas conduções, se não tivesse uma bolsa. As bolsas eram escassas, eram de trabalho mesmo. Eu fui lotado na biblioteca do Instituto Biomédico, onde, por coincidência, passei toda a minha área básica.

Eu tenho duas formações: sou formado em Medicina Veterinária e em Medicina, com dois vestibulares. Minha vida toda foi dedicada à microbiologia. Quando eu entrei na biblioteca, tive acesso a todos os livros de que precisava. Então, eu começava a estudar. No momento em que estava lá e tinha uma folguinha, eu pegava um livro de microbiologia ou outro. Eu li o livro *Bacteriologia e imunologia*, de Otto Bier, umas quatro vezes. Imaginem o tamanho do livro! Ali eu realmente aprendi muita coisa.

Sou de uma época em que havia muitas dificuldades. Eram poucos professores. A carga horária era altíssima. Iniciei com aulas também aos sábados. Nós ministrávamos aulas aos sábados. Esta é a grande verdade: nós tínhamos aulas aos sábados também.

Hoje, quando nós olhamos a situação em relação ao passado — os jovens professores não conheceram aquela realidade —, época em que ar-condicionado era um luxo, concluímos que só Deus sabe como o pessoal conseguia trabalhar nos laboratórios.

Enfim, existe uma história de construção de todas as universidades. Quem entra hoje já quer partir de uma exigência maior, claro — e isso é natural —, mas não sabe — e tem que saber — a história da universidade. Foram longos anos dentro de laboratórios, na bancada, aprendendo o básico, até como limpar uma sala, como varrê-la, como desinfetar o piso e até como esterilizar o material. E não havia a quantidade de materiais que nós temos hoje em dia. Então, nós sabemos como enfrentar e vencer dificuldades.

Quando nós fomos convidados pelo Presidente da Câmara — e olhem que é o Presidente de um dos Poderes da República —, obviamente que nós não poderíamos dizer “não” num momento com este e aceitamos. Fiquei com a tarefa de tentar conciliar a vinda de pessoas de várias regiões. Mas o que as pessoas não sabem é que muita gente não pôde participar devido a tarefas, e nós tivemos que



construir a comissão sabendo que algumas pessoas declinaram do convite, até pelo momento do País.

Quando se faz um *feedback* de tudo o que aconteceu, mostrando a evolução da educação do ponto onde estávamos ao ponto aonde chegamos... Todo mundo sabe que o Plano Nacional de Educação foi discutido durante muitos anos — quase 20 anos —, até sua aprovação em 2014, com repercussão até 2024. Obviamente, depois desses anos discutindo, ali há metas colocadas para todos os níveis da educação, desde a educação infantil até a educação superior. E, como nós temos um mundo dentro da educação superior, nós não podemos em 3 meses discutir todos os seus aspectos. Mas vamos discutir alguns pontos nos quais acharmos realmente que devemos focar. Por isso precisamos de novos subsídios de órgãos ligados à educação, como já citei aqui anteriormente.

Agora, dentro do bojo do Plano Nacional de Educação, veem as siglas REUNI, PROUNI, REHUF, EBSERH e PNAES. Não disse numa ordem cronológica, mas o PNAES é mais ou menos da mesma época do REHUF e da EBSERH. Temos também o FIES. Aí, quando olhamos todos esses programas que foram criados e o REUNI, que é o plano de expansão e reestruturação das universidades, criado em 2007 e que deu a oportunidade de haver recursos para alavancar as universidades, vemos que elas conseguiram avançar a um novo patamar, e desse patamar, no meu ponto de vista, elas não podem recuar. Ninguém foi obrigado a aderir, mas todos os que aderiram o fizeram acreditando que nós poderíamos melhorar um pouco nossas universidades.

Obviamente tivemos várias questões no meio do caminho, até porque a universidade, apesar de ter faculdade de engenharia, não tinha *expertise*, por exemplo, para construir a quantidade de prédios construídos e realizar todas as reformas que foram feitas. Nós não tínhamos *expertise* para fazer a quantidade de concursos que nós fizemos. É diferente fazer um concurso para docente da área de parasitologia, com 1 vaga, para a qual aparecerem 10 candidatos; na área de direito é a mesma coisa; na de matemática também. Mas foram feitos concursos para titular, para adjunto, para assistente. Trata-se de concursos diferentes. Na área de direito, por exemplo, podem ser feitos quatro concursos diferentes. E aí tem que haver banca. Na nossa universidade, nós estabelecemos que, até assistente, são



três membros na banca, sendo dois de fora. Se o concurso for de adjunto para cima, são cinco membros, sendo dois de fora. Olhem a logística disso tudo! Então, as pessoas também têm que perceber a complexidade do que é avançar, mesmo tendo recursos, dentro das amarras legais que nós temos, inclusive da Lei nº 8.666, de 1993, cujas amarras nós conhecemos. Mesmo assim, as universidades avançaram e, no bojo das federais, vieram também as estaduais — por que não? — num momento de crescimento do País.

Aí, Reitora Margareth, naquele momento, em 2014, veio a crise. Tivemos que viver com orçamentos apertados. Às vezes, o orçamento estava ali: o do ano anterior mais a inflação, mas, na hora de vir o repasse financeiro, que é o que interessa, ele não veio, nem de capital, nem de custeio.

Como vamos realizar o que já foi programado? De imediato eu já digo o seguinte: nós não podemos recuar em relação ao que nós avançamos na educação superior. Temos problemas? Sim, mas temos que solucionar todos eles.

Eu gostaria de pedir à Profa. Fábria que disponibilizasse aquele vídeo do Boaventura, grande filósofo português. Nesse vídeo, ele diz muita coisa, num curto espaço de tempo, e seria bom refletirmos sobre alguns aspectos interessantes do que ele fala.

O Sérgio falou sobre alunos com necessidades especiais e, dentre eles, os alunos superdotados. Nós tivemos a oportunidade de levar as universidades a uma população que não tinha acesso até então e conseguimos levá-la ao interior, diminuindo inclusive a migração interna. Agora, como vamos manter esses alunos? Como vamos dar acesso a esses outros alunos? Primeiro, os programas que dão acesso às universidades foram importantes. Segundo, esses alunos que têm necessidades especiais precisam de mais apoio. Não estou falando da política inclusiva propriamente dita, mas da inclusão de forma ampla. Refiro-me não só àqueles alunos que não têm condições de estudar porque não têm dinheiro de passagem e bolsa, mas àqueles alunos que são cadeirantes, àqueles que não ouvem, àqueles que não conseguem enxergar. Todos eles desejam melhorias em sua vida e precisam das universidades. Esse capítulo foi realmente um pouco esquecido durante todo esse processo.



A outra questão é que fui ao lançamento de um livro do ex-Ministro Renato Janine. O título do livro é *A Pátria Educadora em Colapso*.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - É, tem um desdobramento, mas vou falar só da parte do livro sobre a pátria educadora.

O que acontece? Ele fala de ensino a distância. Há um curso, por exemplo, que eu não vou citar, ministrado por 250 universidades, não sei se públicas e privadas juntas. Ele pergunta: *“Por que há necessidade de tantas universidades ministrarem o mesmo curso a distância, quando isso poderia ser otimizado em algumas universidades?”* Esses questionamentos eu acho que nós temos que fazer. Para isso, devemos aproveitar o que vamos ouvir de pessoas que trabalham no dia a dia da educação.

Há um ponto do Plano Nacional de Educação que foi muito discutido. Foi muito difícil obter a aprovação pelo Congresso, mas, no final das contas, no bojo das descobertas do petróleo do pré-sal, o Congresso resolveu aprovar um aumento gradual do orçamento da educação nestes 10 anos, passando... Estou falando de educação como um todo. Não vou desvincular nenhum nível da educação em detrimento de outro. Todos são importantes, da educação infantil à educação superior. Não se pode dizer que a educação básica é mais importante do que a educação superior. Esse é um erro inaceitável de quem afirma isso no dia a dia, como temos ouvido.

A relação entre PIB e educação está lá no Plano Nacional de Educação, que levou 20 anos... Sob o argumento de que nós teríamos recursos do petróleo, nós passaríamos o investimento em educação de cerca de 6% do PIB — não é esse o percentual em que está hoje, Reitora Margareth? — para 10% do PIB, o que já seria um salto significativo.

Se nós compararmos os recursos para a educação e para a saúde entre os países do MERCOSUL, veremos que só estamos na frente, se não me engano, do Paraguai. Em valor *per capita*, nós aplicamos muito pouco na saúde e na educação. Se há problema de gestão, como levantam, nós temos que resolvê-lo. Mas que os recursos ainda são poucos, são. Um país que não prioriza absolutamente a educação e também a saúde de seu povo não vai chegar a lugar algum.



Eu vou finalizar dizendo que nós fizemos uma proposta. Realmente, como o Otílio disse, o espectro é grande, mas o Sérgio já fez uma proposta e, também, o José Luiz e a Margareth, centrando em alguns pontos. A Margareth já disse um muito importante relativo à PNAD. Eu acho que essa é uma tarefa importante para a Câmara, para poder concretizar esse plano.

Há também o ponto dos alunos com necessidades especiais. Parece que houve uma aprovação, não sei se foi por medida provisória. Isso nós temos que verificar direito. Havia uma comissão nacional tratando do tema. Parece que um dos Presidentes, não sei se foi o Michel Temer ou a anterior, baixou alguma medida acerca da necessidade, mas as coisas não evoluíram, não avançaram.

Então nós já temos dois pontos, aliás, três — eu falei também da relação do investimento com o Produto Interno Bruto. É por aí que nós deveríamos iniciar.

Agora, já que foram feitas as apresentações e essas colocações iniciais, gostaria de saber se o Renato, com o seu conhecimento, junto com o Ricardo e todo o apoio da Presidência da Câmara, poderia nos ajudar nesse encaminhamento.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Vou só fazer uma breve apresentação nossa, minha e do Ricardo, e depois seguiremos aqui. Acho que pontos bastante relevantes foram levantados, sobretudo a tarefa de especificar alguns objetivos. Esse eu acho que é um ponto bastante importante.

Eu sou formado em história e tenho mestrado e doutorado em educação, pela USP. Eu e o Ricardo tratamos muito da questão da educação superior, nos seus diversos matizes.

Sou novo aqui, tenho menos de 4 anos na Câmara. O Ricardo é nosso decano na Consultoria Legislativa. Ele está aqui desde 1991, tem 27 anos de Câmara. Passou por LDB, PNE.

A Consultoria é dividida por áreas do conhecimento. Assessoramos qualquer Parlamentar, independentemente de partido, em temas específicos. A nossa é a área 15, de educação, cultura e desporto.

Essa é uma breve apresentação. O Ricardo também vai dar uma palavra inicial. Mas o ponto importante é que eu acho necessário que haja temáticas específicas.



Quero só fazer também uma rápida nota sobre o desenvolvimento regional, que alguns aqui mencionaram.

A Consultoria Legislativa apoia também o CEDES — Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara e recentemente, no primeiro semestre, publicou um estudo sobre desenvolvimento regional. Eu fui o coordenador desse estudo. Depois nós o passaremos a vocês também como contribuição.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Muito boa tarde às senhoras e aos senhores.

Primeiro peço desculpas por ter chegado tarde, porque eu estava em outra reunião e tive que coordenar a agenda.

Como o Renato falou, sou Ricardo Martins e estou na Consultoria Legislativa já há algum tempo, 27 anos. Tive também, no passado, a oportunidade de conviver com muitos membros da comunidade científica e gestores de universidades, porque fui coordenador de avaliação de pós-graduação e diretor de programas da CAPES nos anos 80 e 90.

É uma satisfação poder estar aqui à disposição para dar suporte no que for necessário.

Quanto à área de formação acadêmica, eu sou economista — é minha origem —, depois passei pelo mestrado em educação e, finalmente, em função de estar em ambiente político, terminei o doutorado na área de ciência política.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - E não pode esquecer o CEFOR. Você também é professor do CEFOR.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Nós temos aqui um programa de mestrado em Poder Legislativo, no qual eu tenho o prazer e o privilégio de ser professor e orientador. Enfim, temos uma vida acadêmica, que, com satisfação, todos nós compartilhamos e defendemos.

Estou à disposição.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Nós estamos muito mais tranquilos agora, depois de toda essa apresentação, em especial a dos nossos colaboradores que pertencem à Câmara dos Deputados, tanto o Renato quanto o Ricardo.



Muito obrigado, Ricardo e Renato. Com certeza, vocês vão poder nos ajudar nessa empreitada.

Agora vamos passar para o segundo ponto: como otimizar esses trabalhos dentro da proposta que fizemos?

Deixo-os à vontade. Vi que o nobre professor de direito da Universidade Federal de Minas Gerais se manifestou de chofre.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É o poder da palavra, como diz a música da novela.

Antes de mais nada, eu queria dizer que, com exceção da honrosa Federal de Roraima, já estive em todas as universidades. E, não para colher um convite, quero dizer que, por incrível que possa parecer, onde mais estive, onde mais estou e aonde mais vou é exatamente o *campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, que conheço igual à palma da minha mão, desde o tempo em que estava lá no coleginho.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Sério?

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Juro. Cito Carlos Eduardo de Abreu Boucault, só para situá-la.

Eu gostaria apenas de dizer duas ou três palavras — são, na verdade, três pontos —, porque vi contradições em algumas falas e me parece que essas contradições precisam ser equacionadas, sobretudo depois da fala lúcida e clara da nossa Presidência.

Antes, agradeço, evidentemente, a generosidade do Prof. Otilio e da Magnífica Reitora da Universidade Federal da Paraíba em relação à nossa universidade ou a mim. Agradeço.

Em primeiro lugar, eu queria chamar a atenção para um ponto: os limites estritos da comissão. Em que pese o fato de todos sabermos que a educação é um conjunto que envolve instituições públicas e privadas e se desenvolve em vários níveis, o escopo da comissão não é tratar imediatamente dos níveis inferiores ao nível superior, mas sim do nível superior. Só num segundo momento, caso haja consequências, as consequências do trabalho da comissão impactarão nos níveis mais elementares de educação.



Do mesmo modo, talvez tenhamos que pensar mais nas federais do que nas públicas em geral. Sabemos que a situação das universidades estaduais, especialmente as de São Paulo, é complexa, e as do Rio agora começaram a se complexificar gravemente, em função dos problemas pelos quais o Estado do Rio de Janeiro passa e que nós sabemos. Ainda assim, nós podemos, claro, pensar no ensino superior público, não no privado.

Parece-me que — e evoco a sabedoria dos mais antigos — um dos maiores problemas na regulação, no sentido mais genérico possível da palavra, na normatização universitária, seja uma certa obsessão em normatizar instituições privadas através da normatização de instituições públicas.

Dou um exemplo que nós conhecemos bem: o Núcleo Docente Estruturante, uma absoluta desnecessidade nas universidades públicas e que só existe porque é necessário nas universidades privadas. Nas universidades públicas, ele não é necessário porque elas são absolutamente colegiadas. Isso é um *bis in idem* totalmente sem sentido, que, aliás, causa um problema terrível, porque não há estudante lá. Fica parecendo que nós vamos nos reunir numa cúpula fechada para conspirar contra os estudantes.

Ora, isso é um avanço para as instituições privadas e algo que soa para a nossa comunidade como retrocesso. Então, é um exemplo de algo que nós não deveríamos tratar, ou em princípio não deveríamos tratar. Regulação de instituição privada não está no nosso escopo, em que pese eu estar absolutamente de acordo com os princípios que V.Magas. e V.Exas. estão expondo. Ressalto apenas que esse tema não está no nosso escopo.

Serão atingidas? Podem ser atingidas? Podem, num outro momento, com as consequências do que viermos a fazer. Esse é o meu primeiro ponto, apenas para que não corramos o risco de compreender que a educação superior só pode ser pensada no bojo da educação como um todo, porque o raciocínio seguinte é que a educação como um todo só pode ser pensada na área 15, ou na área social como um todo, e a área social como um todo só pode ser pensada no econômico como um todo, e o econômico como um todo só pode ser pensado na área espiritual como um todo, e o Brasil como um todo só pode ser pensado na globalização. E aí acabou. Nós já estaremos escrevendo aqui um tratado de mudança da nova ordem



mundial. Isso não é necessário. Nós temos que recuar e ficar nos estritos limites em que fomos convocados.

Tudo o que eu falo, ainda que pareça muito extremo e radical, é só opinativo.

O segundo ponto refere-se aos potenciais do *Zeitgeist*. Essa é uma expressão muito interessante que quer dizer “o espírito do tempo”. Em que tempo nós estamos vivendo? Um tempo com o Executivo em descenso óbvio. Quem não vê que o Poder Executivo está acabando no nosso País possivelmente está vivendo um momento de profunda alienação. Não temos Poder Executivo e continuaremos não tendo, a menos que alguém aqui esteja muito animado com o processo de eleições presidenciais.

Estando entre professores universitários, evoco a liberdade da cátedra e afirmo que a Câmara dos Deputados há de se ver com um processo de *impeachment* muito rapidamente em 2019. Não acredito que teremos isso em 2018, mas, para 2019, já se anuncia a necessidade, como sempre, de pensarmos em processos de *impeachment*. Eu digo *impeachment* porque a Constituição não oferece outro caminho constitucional para oxigenar as instituições do Poder Executivo. Ainda não somos um país parlamentarista, graças à intervenção no Rio de Janeiro — já poderíamos sê-lo. Talvez o sejamos no ano que vem.

De toda forma, o Executivo acabou. Não se autoriza mais ninguém a governar neste País. Quem não autoriza, evidentemente, é o Poder Judiciário. Não autoriza Prefeitos, Governadores, muito menos o Presidente da República. Chega-se ao ponto de juízes impedirem a posse de Ministro de Estado. O Judiciário opera no País em abuso total, e isso não é contra o Executivo.

Vamos evocar o exemplo da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Minas Gerais, para ficarmos em três universidades, ou a Universidade Federal de Santa Catarina, em que o heroico reitor foi à morte para denunciar a circunstância de abuso, e seu sucessor, também jurista, do mesmo grupo, imediatamente depois de processado, foi denunciado à Justiça por uma faixa que criticava a violência do Estado policial ou, como quiserem, da ditadura judicial. Não há dirigente universitário que possa...



Eu nasci num tempo em que a maior autoridade federal no meu Estado não era o general de plantão. Por falar em microbiologia, aprendi com Eduardo Osório Cisalpino, o maior reitor da história da Universidade Federal de Minas Gerais, que a maior autoridade federal em Minas Gerais é o Reitor da UFMG, não o general que opere a região militar de plantão. Porém, não há quem se lembre disso porque, aparentemente, a maior autoridade é o juiz que foi encontrado na esquina caminhando.

Portanto, o terceiro elemento do *Zeitgeist*, que é o que nos traz aqui hoje, é um Parlamento em busca de ascensão com uma Presidência absolutamente lúcida, serena. Em busca de alternativas, sabendo que o Judiciário não tem poder propositivo, sabendo que o Executivo não o terá e que o que vier do Executivo não necessariamente atenderá ao País, é preciso que a sede da democracia, que é o Parlamento, tenha suas próprias propostas.

Parece-me que a Presidência quer assumir o que a Presidência da Câmara dos Deputados, Casa que representa o povo... Portanto, é ao Presidente da Câmara dos Deputados que compete falar em nome do povo. E, se o povo quer ter uma proposta sobre educação superior, muito bem. O povo convocou especialistas, e não é possível, supostamente, aos especialistas não reconhecerem isso, já que somos todos professores universitários, doutores. Há doutores aqui com duas ou três décadas de doutorado. Há catedráticos aqui extremamente especializados. Os consultores que nos apoiam detêm grau doutoral. Estamos numa comunidade altamente capacitada, assim como esta mesa.

Dito isso, lanço sobre a mesa três cartas, cada uma mais radical que a outra. São três cartas para debate. Nenhuma das três nem sequer se aproxima do que foi dito aqui ou do que está aqui. Eu não creio muito em Comissões, nem em oitivas para ouvir alguma entidade por 15 minutos, porque em 15 minutos, evidentemente, as entidades se manifestarão, viajarão, falarão. Assim, cumpre-se um protocolo ou um *checklist*, mas não se faz nada minimamente produtivo.

É produtivo, talvez, se se jogarem essas entidades numa sala, filmá-las e deixá-las discutir durante horas e horas, para ver quem sobreviveu ao fim e pedir a determinada pessoa que relate o fluxo da discussão. Isso talvez seja produtivo, como poderia ser produtivo viajarmos em comissão e ouvirmos as pessoas livre e



abertamente nas universidades pelo País, acompanhados talvez de Parlamentares da Comissão de Educação. Talvez isso fosse produtivo, muito embora não seja o momento, já que estamos em época eleitoral. Neste caso, eu recuo para a posição de comissão de especialistas.

As cartas que lanço sobre a mesa são a elaboração de um projeto de lei orgânica de universidades, federais ou públicas, a discutir. O que é um projeto de lei orgânica de universidades? Trata-se de uma velha ideia: nada há de novo nela. A ANDIFES já debateu, o Governo Federal... Parece-me que os Governos Lula e Dilma debateram, mas não gostaram da ideia. A ANDIFES, no entanto, sempre pleiteou uma lei orgânica ou, em alguns momentos, pleiteou uma lei orgânica das universidades. Isso poderia apresentar às universidades algo que elas não possuem. Elas tinham muito mais no regime de exceção militar do que depois. Como diz Luiz Antônio Cunha, após o regime de exceção militar, a autonomia virou, cada vez mais, heteronomia. Nós temos infinitos controles, controles que não deveriam acontecer, por exemplo, o controle do Ministério Público.

Eu não consigo entender como um ente constitucionalmente autônomo é fiscalizado por um Ministério Público que não é o seu próprio Ministério Público. As universidades deveriam ter seu próprio Ministério Público — “Ministério Público Universitário”. Este é que deveria nos fiscalizar, nunca o Ministério Público Federal. Mas esta é uma discussão secundária, no âmbito do que poderia ser uma lei orgânica das universidades. Esta proposta é velha. Eu estou apenas requeitando uma proposta já apresentada pela comunidade científica. Eis a primeira carta.

Segunda carta: esta proposta é nova, é uma proposta radical, esta proposta muda tudo. Nem sei se esta proposta está no documento que está chegando aí. Esta é a proposta que pode substituir totalmente todas as propostas de todos os candidatos à Chefia do Estado. Percebam que eu estou dizendo Chefia de Estado, porque sou parlamentarista. Acho, portanto, que compete ao Parlamento, e nunca ao Chefe de Estado, definir o que será feito do País.

Alguém já imaginou o que significa a sigla EBES — Espaço Brasileiro de Educação Superior? Bolonha, substancialmente Bolonha; Bolonha para as universidades federais. A ANDIFES tem um programa de mobilidade, mas inspirado no ERASMUS. Nós devíamos radicalizar e adotar Bolonha. Devíamos criar um



espaço à imagem e à semelhança do Espaço Europeu de Ensino Superior, um espaço brasileiro de educação superior, apenas, primeiramente, para as universidades federais, no qual pudéssemos fazer uma intervenção bastante radical — como foi a europeia —, mas que permitisse eliminar tantas desigualdades e viabilizar, com a economia que isso eventualmente gerasse, um investimento brutal no trânsito, na circulação de estudantes e de professores. Esta proposta é ousadíssima, mas, exatamente por ser ousada, parece-me ser a mais interessante em termos de Presidência da Casa, em sendo a mais extrema.

Terceira proposta: a proposta que talvez todos aqui vão achar a mais viável, sobretudo diante da comunidade científica brasileira, é o REUNI da pós-graduação, no qual podemos incluir infinitos instrumentos, um grande programa de ampliação das universidades federais, um novo programa de ampliação das universidades federais, mas não centrado na graduação, porque já o fizemos. Na Faculdade de Direito, por exemplo, criamos o bacharelado em Ciências do Estado, que eu tive a honra de coordenar — ele está completando 10 anos, um sucesso! Mas nós queremos um REUNI para a pós-graduação que venha com suplementação de bolsas, de produtividade de pesquisa no CNPq, com suplementação de bolsas de mestrado e doutorado no CNPq e na CAPES, com vagas para a expansão dos programas de pós-graduação, com recursos para a criação de laboratórios avançados de pesquisa, para lhes dar suporte, e que venha com recursos para levantar novos prédios. Queremos, enfim, lei orgânica, espaço brasileiro, PROUNI da pós-graduação e da pesquisa.

Trata-se de três cartas sobre a mesa que nada têm a ver com as cartas de diretrizes vagas ou simplesmente um documento que não permita à Presidência da Câmara, com uma chave simples, assumir o protagonismo frente à futura e talvez efêmera Presidência da República.

Tudo isso são ideias, nada mais que ideias.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Tem a palavra a Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - São boas ideias, mas nós temos o prazo de 90 dias, e talvez não dê tempo de se apresentar o projeto e, a partir daí, a proposta sofrer o desenrolar necessário para sua viabilidade.



O REUNI da pós-graduação é uma proposta antiga, um desejo antigo de todas as pessoas que trabalham no ensino superior público. Houve o REUNI da graduação. Na nossa universidade, por exemplo, nós saímos de 50 cursos para 113 cursos, mas ainda temos um déficit na pós-graduação. Apesar de termos mais de 100 cursos na pós-graduação, temos um déficit de infraestrutura, temos déficit de bolsas, temos déficit de vagas — na nossa, talvez não, porque nós criamos vagas, no nosso conselho, e depois encaminhamos os Aplicativos de Propostas de Cursos Novos — APCN à CAPES, para a avaliação do mérito. Porém, seria muito bom um REUNI para a pós-graduação baseado na melhoria da infraestrutura dos laboratórios e na discussão de bolsas.

Trata-se de um pensamento inicial. Eu gosto desta conversa. Para fazer algo diferente, é possível encaminhar, sim. Eu só acho que nos 90 dias talvez não tenhamos os projetos prontos, mas creio que é possível nos propormos a isso e, a partir daí, termos o desdobramento de que o professor fala: visitar as regiões desses países, conhecer-lhes as reais necessidades, para pormos o pé no chão.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Em 90 dias, qualquer jurista escreve uma Constituição inteira facilmente, que dirá um plano, um programa ou coisa do gênero. Mas não me parece que 90 dias seja pouco tempo. A Comissão pode pedir uma pequena prorrogação, uma prorrogação necessária, se for o caso, mas eu penso que, se formos objetivos, diretos e consistentes, faremos maravilhas em 90 dias.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Tomara!

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Alguém gostaria de fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Se me permite, eu gostaria de fazer um comentário, Prof. José Luiz Borges Horta.

Na verdade, eu não vi contradições no que foi dito. Nas explanações, o que nós colocamos e o que eu coloquei é que temos ouvido propostas de candidatos dizendo que é preciso priorizar um dos níveis da educação sobre a educação superior, em vez de dizer que os recursos em relação ao Produto Interno Bruto são poucos para atender ao crescimento ou à demanda do País. Obviamente, se há necessidade de algum controle maior de prestação de contas, isso tem que ser de



gestão, tem que ser corrigido, tanto na saúde quanto na educação, mas o *per capita* é muito pouco.

Eu fiquei assustado com um dado. Para se ter uma ideia, nestas regiões do País que são bem distantes dos centros urbanos, temos um percentual de escolas que não têm banheiros para as crianças — o percentual é muito grande. Então, isso mostra a necessidade. Porém, é claro que, quando se coloca o recurso orçamentário e o distribui, bem como quando se colocam os níveis, Estado e Município, em que o recurso tem que ser aplicado, talvez o recurso não seja aplicado corretamente. Esta é outra coisa.

Em que precisamos nos centrar? Neste momento, nós precisamos nos centrar, como foi dito, na educação superior, nas universidades públicas federais, e estamos centrados. No entanto, o que eu disse é que a repercussão também alcança as universidades estaduais, não tenham dúvida disso.

Eu ouvi bem sua proposta.

Quanto ao Projeto Bolonha, nós vimos quanto tempo se gastou discutindo-se, quanto demorou a ser implantado. Aí, a Margareth tem toda a razão. Eu acho que temos que ser pontuais. Vamos deixar esta questão dos congressistas para outra discussão. Nosso caso aqui é apontar medidas pragmáticas em que podemos assessorar a Câmara dos Deputados, a Presidência, a realmente dar uma solução.

Primeiro, como você disse, nosso Programa de Reestruturação e Expansão, o REUNI, terminou antes do tempo — a verdade é essa. Ele não se consolidou. Para se ter uma ideia, temos vários prédios, todas as universidades têm obras inacabadas, e isso representa um desperdício do dinheiro público. Eu acho que Minas Gerais não escapa.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Quarenta e duas obras inacabadas.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Isso é desperdício de dinheiro público.

Outra questão é que seja feita uma consolidação deste REUNI, antes de pensar em expandir qualquer coisa, como aconteceu em passado recente. O REUNI, na verdade, terminou antes de 2014, mas a consolidação era para se ter dado em 2014. Como já estávamos em crise, não conseguimos fazê-lo. O fato é que



o Governo não conseguiu cumprir que as universidades, com algumas exceções, fizessem o seu dever de casa. Este é o fato.

Portanto, nós temos que consolidar, porque deixar obras inacabadas eu considero, Sérgio, um desperdício de dinheiro público. E perceba que a resposta foi grande: o número de estudantes nas universidades públicas federais mais que dobrou! Se incluirmos as universidades estaduais, aumenta muito mais.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Hoje nós temos, na universidade, uma equipe do MEC e uma equipe do ITA que buscam encontrar uma solução, porque a coisa foi tão desorganizada, tão sem planejamento, que eu diria que são obras cascas de ovo: faltam a clara e a gema. *(Risos.)* Tratava-se de um projeto arquitetônico, mas sem os devidos projetos complementares.

No caso da Universidade Federal da Paraíba, nunca se tirou um alvará de construção de absolutamente nada. Da torneira, por exemplo, não sai água. Ainda assim, inauguraram alguns prédios! Quando nós chegamos lá, observamos que não saía água da torneira, porque não havia cano na parede, não havia projeto hidrossanitário, tampouco funcionava a energia. Algumas pessoas de Brasília foram à inauguração de vários prédios. A energia elétrica não funcionava porque não havia projeto elétrico — não havia fiação dentro da parede. Nós estamos em busca disso.

Concordo plenamente com o Dr. Roberto quando diz que há desperdício de recurso público, um dano ao Erário, coisa que precisa ser imediatamente corrigida. Tenho a esperança de encontrarmos, com o ITA e com a equipe do MEC, uma solução rápida.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Como eu disse inicialmente, apesar de a universidade ter excelentes faculdades de Direito e de Engenharia, pessoas extremamente capacitadas, fazer prédios não é negócio da universidade. Podem querer envolver professor ou dizer: *“Mas eu tenho que ganhar tanto, eu tenho que fazer isso, eu tenho que fazer aquilo”*. Isso é um complicador.

A universidade teve que apresentar um plano num curto espaço de tempo, quando foi lançado, em 2007. A Universidade Federal Fluminense foi o maior plano de expansão no País. Nós tivemos que correr atrás, capacitar, reforçar nosso pessoal de engenharia e arquitetura e contratar uma empresa. Com isso, houve



realmente o pulo do gato para fazer o gerenciamento, porque somente nosso pessoal não daria conta de fazer a medição. A Lei nº 8.666 favorece muito os trambiqueiros, que constroem para o serviço público!

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - É claro.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eles estavam mal acostumados a oferecer um preço baixo. Não se consegue fazer limitações. Assim, eles querem aditivos. Quando foram fazer a medição — eu tinha uma empresa que fazia a medição —, disseram: “*Não, seu aditivo não é de 5 milhões: é de 500 mil*”. Assim, o cara quebrava. Este foi um grande problema, Margareth.

Na verdade, o REUNI precisa ser consolidado. Por quê? Porque ele apresentou uma grande resposta em curto espaço de tempo, não só dobrou o número de alunos da graduação, mas também, no nosso caso, multiplicou por 450% o número de alunos dos cursos *stricto sensu*, mestrado e doutorado, dos quais o País precisa.

Aqueles que achavam e pregavam que seria precarizada a universidade, enganaram-se redondamente. A precarização ocorre por causa do Governo, que não cumpriu o que devia, e da crise. Nós fizemos nosso dever de casa.

Nós temos dois REUNIs. Eu vou fazer uma proposta ousada: não deixar expandir mais nada enquanto não se consolidar o que há. Não podemos fazer esta loucura. Refiro-me ao final do Governo passado, porque o Governo atual não fez nada, que começou a expandir novamente, e não consolidou o REUNI. Era uma expansão pós-REUNI.

Para o bem da economia dos poucos recursos públicos, nós temos que consolidar o REUNI, que começou em 2007, mas infelizmente está no meio do caminho. É preciso fazer o REUNI, como ele falou, das pós-graduações, das pesquisas, consolidar isso.

A terceira proposta é da Margareth, sobre o PNAES, porque tem que se transformar em lei, e não estamos criando nada novo para gerar despesas.

O quarto ponto é a acessibilidade, porque a questão do PNAES envolve inclusão e acessibilidade. Além da inclusão propriamente dita, estamos trazendo pessoas com necessidades especiais, crianças superdotadas, com problemas



auditivos e de visão, para terem oportunidade dentro da nossa universidade, o que inclui acessibilidade.

Participei da evolução de um estudante com paralisia cerebral, que fez mestrado e doutorado na UFF. Para se formar em Física numa instituição nossa é difícil. Lá entram 50 estudantes, e se formam 3, 10, não sei o número exato; varia de universidade para universidade. E esse garoto defendeu mestrado e doutorado. Como não dar oportunidade a esses estudantes? Crianças superdotadas não dispõem de uma política, para que possamos ter pessoas extremamente importantes participando do desenvolvimento econômico do País, da tecnologia. São crianças que ficam desestimuladas em estudar numa sala em que eles já sabem aquela matéria. Essa é a verdade.

Já temos aí, Prof. José Luiz, quatro propostas concretas. Não estou aqui limitando: a primeira seria consolidar o REUNI, que começou em 2007, mas não terminou, está no meio do caminho; a segunda, o REUNI que você propôs...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Para pós-graduação e pesquisa.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Sim, pós-graduação e pesquisa.

A terceira, a Lei do PNAES, que, segundo a Margareth, vigora por meio de decreto.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Com certeza. É o Decreto nº 7.234, de 2010.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - E é preciso torná-lo um projeto de lei.

E, a quarta, sobre alunos com necessidades especiais, ou seja, inclusão na universidade.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Há uma agravante: já existe uma lei sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas universidades. Mas, vejam bem, a maioria dos cursos que temos nas universidades dura 4 anos, e os estudantes com deficiência podem ficar na instituição por até 10 anos sem jubramento. Acontece que, depois do quarto ano, eles não são mais contabilizados no orçamento da universidade, ou seja, a universidade vai ficar com esses estudantes onerando o custeio da instituição por 6 anos ainda. Queremos que



eles tenham direito. Não foi permitido que eles fiquem 10 anos? Então, que eles sejam contabilizados para o orçamento da universidade durante os 10 anos, se ali permanecerem todo esse período.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - E me parece que é nessa lei que está o ponto, porque não inclui as crianças superdotadas.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Não inclui. Essa lei, sobre os 5% da inclusão, diz que ele só é contabilizado até o quarto ano no orçamento das universidades, mas é preciso que seja contabilizado o tempo que ele precisar ficar na instituição.

Pois não.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Só uma rápida informação, desculpe: com relação ao PNAES, existe projeto de lei na Ordem do Dia do Plenário da Câmara para ser votado provavelmente neste esforço concentrado. Já está no Plenário da Câmara. Era só essa a informação.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Então, seria interessante termos acesso a ele, até para vermos o que nós podemos sugerir.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - É do Paulo Paim.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - São vários projetos pensados, e a Relatora no Plenário, se não me engano, é a Deputada Alice Portugal.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Exatamente.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Se o senhor pudesse trazer um resumo dos principais pontos, seria importante.

Otílio, por favor, você tem a palavra.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Eu gostaria de lembrar que, de certa forma, ainda não está sendo feito de modo muito eficiente o ensino a distância. Não é preciso nem o ensino a distância pleno, mas pelo menos o que hoje se pode utilizar, que é até 20% nos cursos de graduação tradicionais.

Só para exemplificar isso, minha irmã mora nos Estados Unidos há mais de 20 anos, e meu cunhado me relatou algo que eu achei fantástico: Harvard, por exemplo, tem hoje quase o dobro de alunos na modalidade de curso a distância — e



isso inclui cursos para pré-universitários — do que, em toda a história dela, a determinada por cursos presenciais. Então, estamos na contramão, quer dizer, estamos fazendo pouco e fazendo mal. Precisamos melhorar nessa questão do ensino a distância.

Há outra questão também, Dra. Margareth. Eu tive a honra de participar da primeira passagem do Prof. Sergio Arouca na FIOCRUZ. Eu era o representante dos alunos de pós-graduação e ali convivi muito num círculo mais fechado, com algumas sugestões. Num primeiro momento, ele disse: *“Otilio, em 6 meses eu vou conseguir reduzir o custo das obras pela metade”*. Eu respondi: *“Professor, o senhor vai conseguir um problema quatro vezes maior do que a corrupção de hoje”*. Ele disse: *“Ah, não acredito nisso”*.

Acontece que, quando você cria essa situação do menor preço, e isso é uma questão de legalidade, você traz também uma série de problemas em relação a firmas que abrem e fecham em função desse lucro momentâneo. E a sugestão que eu dei, que talvez a senhora possa aplicar, é incluir um certificado técnico da empresa. Quer dizer, não basta ela ter o menor orçamento; ela tem que apresentar condições de dizer que tem experiência no ramo, que tem determinada quantidade de obras e que é legal. Essa foi a forma como conseguimos, na FIOCRUZ, acabar com essa questão das obras, vamos dizer assim, precarizadas.

Para terem uma ideia, foi criado, até por falta de fiscalização da própria FIOCRUZ, um laboratório de segurança máxima próximo a um corredor que passava por todos os laboratórios. É algo totalmente inviável, o laboratório nem ralo tinha, e eu só estou falando de algumas coisas. Então, uma certificação técnica da empresa vencedora é extremamente importante. Não vai acabar, mas vai reduzir muito essa questão das obras. Foi essa a sugestão que nós elaboramos na FIOCRUZ para reduzir esse problema.

Há outra questão em que nós temos que começar a pensar, e muito. Eu, na segunda gestão no Instituto Biomédico, que é o meu instituto de origem, tive um problema muito sério com a questão orçamentária. Em 2014, nós tínhamos 350 mil reais e, em 2015, quando eu assumi, nós tínhamos 5 mil reais. Eu tive, então, que fazer uma reengenharia dentro do instituto, e eu acho que esse conceito de



reengenharia é muito importante dentro da universidade. Precisamos saber trabalhar bem com pouco.

Mas nós temos que começar a pensar — e talvez isso tenha um efeito transversal em toda a universidade — que não adianta o aluno entrar na universidade; ele tem que ser mantido lá, e bem mantido. É muito importante que trabalhemos não com um reforço tradicional, mas dando condição a esse aluno, que muitas vezes entra com dificuldades na universidade. Na verdade, não é só se manter, mas ter até uma condição de ampliação de rendimento. Não estou colocando aí nada de mais, nada de ser um grande *expert*.

Tenho uma experiência em casa. Eu adotei uma filha, e ela quis fazer um curso pré-universidade popular. Eu deixei ela fazer escola pública, usar o sistema de cotas, e ela entrou na universidade muito fraca. Nós buscamos trabalhos com monitoria. No primeiro semestre ela perdeu quatro disciplinas, mas há cinco semestres não perde nenhuma disciplina e, no último, teve a maior nota de toda a turma dela.

Na verdade, nós, de certa forma, até ridicularizamos esse aluno que entra com dificuldade. Ele tem que encarar isso. Não adianta dizer que ele entrou por cota, e está resolvido o problema. Não, ao contrário, nós temos que criar uma situação que determine uma curva ascendente de rendimento.

E uma das hipóteses que nós temos — e eu acho que temos que botar o dedo na ferida — são as dedicações exclusivas. O professor que opta pela dedicação exclusiva tem que ter uma responsabilidade com esse aluno e, a partir daí, trabalhar formas não de reforço.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - É a tutoria.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Exatamente, uma tutoria que encaminhe esse aluno para uma condição de rendimento, como eu fiz com a minha filha.

Por outro lado, eu acho que 99% do rendimento dela foi porque ela correu atrás, estudava de madrugada. Em suma, esse rendimento, que eu hoje acho excepcional, foi fruto dessa condição de trabalho determinado por ela. Agora, é claro, ela tem como se alimentar em casa, ela tem condição de se alimentar no nosso restaurante universitário e, quando não ali, na própria cantina.



Em suma, é nisso que temos que pensar, mas pensar de forma consciente, para que esse aluno tenha esse *handicap* aumentado de forma positiva.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Alex, por favor.

O SR. ALEXANDER SIBAJEV - Eu vou fazer aqui um breve comentário, apesar de gostar de falar.

Não é à toa que a Lei nº 8.666 é conhecida, no Direito, como a lei da besta. É por causa do número 666. Ela recebe diversas críticas por causa desse aspecto do menor preço. Muitas vezes não é exigido que as empresas de ocasião tenham capital mínimo. E elas fecham mesmo, porque não conseguem fazer os aditivos, deixando inclusive os administradores em dificuldade. Eu fui diretor de centro e encarei isso. Ficávamos pedindo por amor de Deus, torcendo para que a empresa terminasse a obra, porque, quando isso não acontece, é um desastre.

Enfim, de pouco a pouco, Dr. Roberto, eu acho que já vão se encaminhando os principais delineamentos. Este grupo se chama Grupo de Trabalho justamente para avaliar e propor agendas às instituições de ensino superior públicas, o que ficou bem claro aqui. Então, já temos alguns delineamentos.

De certa maneira, vemos que há uma preocupação, como o Prof. Luiz disse, de engajamento do Poder Legislativo. Eu estava lendo o documento que nos foi enviado pela ANDIFES, que tem, em frases principais, recomendações que exigem o engajamento das instituições republicanas, dentre elas o Poder Judiciário.

Como o Dr. Roberto estava dizendo, a história ensina que pensar o futuro é avançar as conquistas do passado. Portanto, vamos continuar com o REUNI, não vamos deixá-lo no meio. Vamos dar continuidade a esse projeto em que a UFF foi realmente uma das que mais aproveitaram. Eu estive lá, e o *campus* da UFF...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Junto com as Universidades Federais da Paraíba e de Minas Gerais.

O SR. ALEXANDER SIBAJEV - E a de Roraima também. Nós expandimos. Nós criamos o Centro de Ciências da Saúde, com cursos de Medicina, de Enfermagem. E também saímos dali.

Nesse documento, chamou-me a atenção também outra informação, que diz serem as universidades federais grandes instrumentos para o desenvolvimento do País em âmbito nacional e, também, regional. Quer dizer, essa questão de



desenvolvimento regional, que venho reforçar, é tão importante — e os colegas citaram aqui — que o Centro de Altos Estudos da Câmara exige um tema, uma produção que, naturalmente, vou ter o interesse de ler.

Consta também nesse documento que, em muitas áreas, a universidade federal — eu acho que é até um subsídio para a nossa discussão — é a única opção de ensino superior. No Sudeste, no caso do Rio de Janeiro, temos a UFF, a Rural, a UFRJ. Lá nós só temos a de Roraima. E foi a Universidade de Roraima que trouxe os médicos para a região, os quais se tornaram professores e membros do hospital. Um obstáculo ao desenvolvimento dessa região era a falta de médicos. O médico era a VARIG: as pessoas corriam para São Paulo, porque ninguém queria ficar morando numa região que não tinha atendimento médico.

Então, aos poucos, o curso de Medicina contribuiu efetivamente com o desenvolvimento da região, no sentido inclusive de propiciar outras atividades econômicas de fixação da população, principalmente de gente de fora, que chegava para fazer os concursos. Por muito tempo, a universidade foi o terceiro orçamento do Estado. Só havia a Câmara, o Governo do Estado e a universidade, que empregava e contribuía inclusive com a fixação da população no local.

Dos assuntos constantes na pauta, discutimos alguns muito importantes, como essa questão dos recursos, das necessidades dos alunos, mas também temos que reforçar o papel importantíssimo que as universidades federais têm, em certas regiões, como o único agente público ali inserido, não só no ensino, mas também no desenvolvimento tecnológico, na empregabilidade e tudo o mais.

Obrigado.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Roberto, você poderia pedir a cada representante uma proposta, como há essa da ANDIFES, que nós distribuímos a todos os presidentes.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - O que nós não podemos esquecer é que, toda vez que analisamos algum aspecto da educação — estou falando só de educação superior —, surge uma ideia, e todas as ideias são importantes. Por exemplo, o Otílio falou do ensino a distância. Vou falar especificamente da Universidade Aberta do Brasil. O que tem de ser analisado é quais são os cursos. Talvez a observação do Ministro Renato Janine tenha sido em



cima disso. Acredito que, em parte, tenha sido. Qual é o percentual de alunos que se formam na Universidade Aberta? O que é preciso para diminuir a evasão, que é bem alta?

Então, essas são as questões que vamos apontando. Apesar de já se permitir que 20% da grade curricular das universidades seja do ensino a distância, isso ainda é muito pouco. Está tudo centrado basicamente na Universidade Aberta. No Rio de Janeiro, também há o CEDERJ — Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, que é diferente das universidades que existem por lá.

Então, Otílio, com relação a essa questão, há que se ver o montante de recursos aplicados e qual o impacto disso na formação do aluno, qual o nível que há de desistência de aluno, que não é pequena, é alta.

Foi mencionada aqui a regionalização. Eu fiquei 8 anos na ANDIFES discutindo a importância disso. E eu defendi, desde o início, que se estudasse, na hora de se fazer o orçamento das universidades, a questão regional. Mas nunca conseguimos que isso fosse feito. Entrava por um ouvido e saía por outro.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Até hoje não conseguimos colocar extensão, apesar de estar lá na Constituição: ensino, pesquisa e extensão, no orçamento das universidades. Como é que pode isso?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - E olha que, desde aquela época — eu sei que você também foi uma lutadora —, discutíamos a importância da extensão. Dizem que a universidade é um tripé. Na verdade, para mim, é um quadripé: ensino, pesquisa, extensão e assistência, como decorrência do ensino, no caso, na área de saúde, até também do Direito, porque há um escritório. Também há a assistência como decorrência disso.

Agora nós deveríamos nos centrar nas propostas que já foram apresentadas aqui. Surgiu mais uma: a regionalização e o ensino a distância. Eu acho que devemos nos ater a esses tópicos, discuti-los mais e, quando convidarmos uma dessas autoridades e entidades, que elas se centrassem nessa discussão.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - E que tragam uma proposta.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não adianta simplesmente repercutirmos o que a ANDIFES já tem feito muito bem com os



presenciáveis, que é apresentar um elenco de propostas, fazer uma série de considerandos, muito bem feitos, e depois eles colocarem as propostas da ANDIFES como referência para o financiamento das universidades. São esses os pontos aqui. Eles são importantes, mas são pontos robustos.

O que nós estamos propondo são ações pontuais, que, obviamente, ajudam nas propostas já elencadas pela ANDIFES, mas não são exatamente iguais.

No caso dos dois REUNIs, a contrapartida é não se expandir sem a consolidação, porque não adianta expandir se não se consegue consolidar.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Sem dúvida.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - O outro REUNI seria para pesquisa e pós-graduação. O outro ponto é que o PNAES realmente se torne uma lei. Não é isso, Margareth?

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Sim.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Há também a questão da inclusão. Não é só a inclusão dos alunos que já ganham bolsas da universidade, mas também dos alunos que têm necessidades especiais, inclusive os superdotados.

O terceiro ponto é a regionalização.

O último ponto é a questão do ensino a distância. Nós estamos falando, Otílio, não apenas sobre o que já é permitido na universidade, que não tem instrumentos — por isso poucos alunos a fazem —, mas também a respeito da Universidade Aberta do Brasil.

Então, eu acho que temos que centrar. Se formos falar sobre cada ponto, nós vamos descobrir novas coisas e não vamos conseguir evoluir. Podemos fazer uma nova rodada para os que quiserem discorrer sobre essa proposta.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Eu só queria falar sobre uma questão ligada mais ao *modus operandi* do que outra coisa.

Nós sabemos da limitação. Eu acho que tem toda uma justiça, porque não existe verba, por exemplo, para convidar alguém de outro Estado. Uma hipótese é fazer uma videoconferência. Eu tenho certeza de que a Câmara tem essa estrutura aqui. Poderíamos, portanto, trabalhar com esse *modus operandi*.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu tenho uma contraproposta.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Claro!

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - A minha contraproposta seria a seguinte: primeiro, dentro daquela dinâmica que eu falei — a Margareth vai me ajudar num ponto, e o Renato, em outro —, convidaríamos a ANDIFES para vir aqui. Se o Presidente não vier, vem alguém representá-lo. Convidaríamos também os órgãos de classe, como a ANDES e a FASUBRA. É preciso ouvi-los a respeito desses pontos. O Presidente da Câmara convidaria os Ministros ou seus representantes, pois não temos autoridade para fazê-lo. Viriam então o Ministro da Ciência e Tecnologia e o órgão equivalente que trata da área de financiamento, o Ministro da Educação e a CAPES, além dos dois representantes das Comissões. Eu acho que esse número seria suficiente.

Qual é a outra proposta? Em vez de fazermos uma reunião aqui, faremos as reuniões numa universidade de cada região do País — no Sudeste, no Norte, no Sul, no Centro-Oeste e no Nordeste —, porque o custo vai ser o mesmo. Escolheríamos pelo menos uma universidade para fazer essa reunião. Há uma regional no Sudeste, no Norte, no Nordeste... O representante iria lá para discutir conosco sobre essas questões.

Então, essa seria a proposta.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Dentro dessa proposta que você colocou, e até já havíamos conversado anteriormente sobre ela — acho que a Dra. Margareth vai achar muito interessante, porque ela já tocou nesse ponto —, seria importante conversarmos também com o Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, que, se eu não me engano, era, no Pará... Eu não sei qual seria o representante atual.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Todo ano muda. Eu deixei a Presidência da ANDIFES Nordeste agora. Quem ficou foi o professor...

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Nós poderíamos até escolher a universidade onde estivesse o Presidente do Fórum de Diretores.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu vou passar a palavra para a Sra. Fábia. (*Pausa.*)

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - A toda hora, eu estou fazendo um parêntese. Mas eu queria dizer o seguinte: acho que todo convite deveria sair da Presidência da Câmara. Na própria ANDIFES, eles perguntam: “*O que é isso? Que comissão é essa?*” Então, a própria Presidência da Câmara faria o convite.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - *Data venia*, Profa. Margareth (*risos*), com todo o respeito ao nosso jurista, o convite é da coordenação da comissão. Nós precisamos considerar o seguinte: estamos num país democrático, que tem três Poderes.

As pessoas obviamente se sentem, sobretudo em determinados órgãos, mais confortáveis quando vem um convite mais de cima. Uma coisa é a nossa comissão fazer um convite, outra coisa é o Presidente de um dos poderes fazer esse convite. O que eu estava sugerindo — pode haver o aval do Presidente, eu posso falar com ele — é que convidássemos, enquanto membros da comissão, esses órgãos. Como se trata de um Ministro de Estado, de um Parlamentar, a Presidência faria um reforço. Mas eu posso pedir a ele para endossar o nosso convite.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Concordo. Pensei que eu faria o convite da ANDIFES. Então, será o convite da comissão. Vou só corroborá-lo, reiterá-lo.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Digo, com todo o carinho e respeito, que você tem um poder de convencimento muito grande — eu notei isso pelas falas. (*Risos.*)

Passo a palavra à Profa. Fábia.

A SRA. FÁBIA TRENTIN - Eu gosto dessa ideia de ouvir as pessoas, de ir e buscar as diferenças regionais. Acho que os problemas e as propostas de trabalho são pertinentes. Para mim, ficam muito mais claros e mais palpáveis os problemas, por exemplo, da proposta de ampliação do REUNI.

Então, acho que ouvir as diferentes regiões e também as instituições aqui já listadas vai nos orientar quanto aos problemas concretos relacionados ao ensino superior, para que possamos fazer as propostas concretas e agrupá-las.



Por exemplo, relativamente a essa questão do REUNI, a Reitora da Universidade Federal da Paraíba nos colocou a situação que eles estão vivendo hoje lá. Isso é compartilhado por mais 42 instituições. Mas as outras instituições que não estão partilhando essa situação têm quais outros problemas?

Eu me sentiria mais confortável então se trabalhássemos as propostas com os problemas claros. Não sei se a fala de cada um aqui foi vinculada às diversas problemáticas. No relatório, vão estar identificados os problemas falados na reunião de hoje? Isso já pode ser uma orientação, um norte. Esta é a primeira vez em que estou participando de um grupo de trabalho nesta Casa, mas eu tenho uma preocupação realmente de que sejam identificados os problemas, para fazermos as propostas. Não devemos fazer as propostas antes disso. É claro, nós estamos falando com reitores, e há as propostas da ANDIFES. Mas isso poderia vir de forma esmiuçada, mais detalhada. Os problemas seriam agrupados, talvez, por categorias. Poderia ser considerada a proximidade de regiões. Por exemplo, os problemas dessas regiões estão mais focados nesse âmbito.

Desculpem-me. Como eu disse, esta é a primeira vez em que eu estou participando deste grupo de trabalho. Estou tentando entender um pouco a dinâmica do trabalho.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Como a Margareth já me falou aqui — eu iria falar isto —, o MEC tem um levantamento, por exemplo, de todas as obras que estão paralisadas, de todos os recursos que não foram repassados a partir do final de 2013. Há um passivo que as universidades tiveram que administrar. Os dados técnicos do montante já estão bem consolidados.

Voltando à proposta da ANDIFES, eu quero dizer que ela é muito mais ampla, porque envolve hospitais universitários, a questão da assistência estudantil, mas não fala da lei, a recombinação dos valores do orçamento, porque eles querem a correção, e o respeito geral à autonomia, observando o que dispõe a Constituição. Então, são questões bem maiores.

No nosso caso, vamos ter questões pontuais, propostas pontuais, que se somam ao que nós esperamos de um governo ou dos Parlamentares, de todos que querem o melhor para a educação. Eu acho então que poderíamos nos centrar realmente nesses pontos, fazer convites, ir às regiões e conversar.



Eu acho que a proposta de ir àquela universidade que tenha o Presidente de Fórum de Pró-Reitores de Extensão seria realmente uma exceção. Senão, nós teríamos que convidar todos os presidentes de fórum. Já vêm representantes da CAPES, do CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação.

A extensão ainda não foi contemplada na matriz orçamentária, e é muito relevante o trabalho de extensão que as universidades fazem. Eu acho que poderia ser contemplada só a extensão, porque os outros já estão mais ou menos contemplados.

Eu queria então apresentar essas propostas e dizer também que não podemos nos esquecer do Plano Nacional de Educação, quando propôs — volto a repetir, depois de mais de 20 anos de discussão dos Parlamentares da Câmara e do Senado — o aumento gradual do orçamento da educação, passando de um pouco mais de 6% para atingir 10%. Isso não é nada de outro mundo, ainda mais se vinculando à questão do petróleo, que está em evidência ainda.

Acho que isso é factível também. Eu queria apresentar essa proposta, para nos atermos a esses pontos que foram colocados, sem nenhum prejuízo da intenção de algum convidado querer discutir outra coisa.

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Eu queria fazer uma ponderaçõzinha sobre chamar só o Pró-Reitor de Extensão.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Parabéns!

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Isso poderia causar um ruído: *“Ah, então a pesquisa não é importante!”*

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Não, não. Não é o pró-reitor, é o presidente de um fórum. Já que não existe CAPES e CNPq para extensão, que é até uma proposta viável, factível, já que não existe um orçamento específico, a ideia do Presidente do Fórum de Extensão ocorre porque não existe qualquer entidade semelhante ao que existe em outras áreas. É só isso. Não é o pró-reitor.

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Sim, certo, Otílio. Eu entendo a importância de ouvir. A minha sugestão seria chamar os três para uma reunião.



O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Posso fazer uma adição ao que diz V.Exa.? Se me permite o eminente catedrático, vou utilizar o mesmo raciocínio de V.Exa. para concordar quanto às propostas feitas.

Eu apenas queria me manifestar em dois sentidos, se me permitem. Primeiro, em regra, nunca vou falar sobre “jabuticaba”. Não quero dizer que eu não goste de jabuticaba, eu até gosto. Mas, em regra, não me manifesto sobre “jabuticaba”. E extensão é “jabuticaba”, algo que alegremente não vejo em universidades mundo afora. Desse modo, isso não me preocupa mais do que nada nas universidades brasileiras. Eu nunca gastarei mais do que 30 segundos com extensão. Não quero dizer que eu não ache que seja importante. Deve ser, nas mentes brilhantes que aqui estão. Todos aqui consideram a extensão importante, parece-me. Eu é que não gasto tempo com isso, porque não considero que seja possível estender nada se não se fizer, em primeiro lugar, monumentalmente, um esforço para colocar o Brasil no primeiro lugar do mundo em produção intelectual. Se não fizermos isso, não adianta falarmos em extensão.

Primeiro comentário: extensão, assistência e outros quejandos. Ainda que possa estar aqui na lista, não sei como incluir isso. Ainda não entendi o que isso está fazendo na Constituição. Não entendi...

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Quero fazer uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu sei, Excelência. V.Exa., como catedrático, como professor de Medicina, tem milhões de outras razões, eu entendo. Eu, como professor da faculdade de Direito mais extensionista do Brasil e da segunda unidade mais extensionista da Universidade Federal de Minas Gerais, posso afirmar, sem sombra de dúvida: meu Deus!

De qualquer forma, eu gostaria de dizer duas coisas e fazer duas ou três propostas, em favor da agregação.

Eu penso que o produto final — uso essa expressão — deveria ser, na medida do possível, um produto...

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Geral.



O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu me refiro exatamente ao oposto de geral, a algo específico, com nome, com clareza e com... Qual seria a palavra precisa?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Concretude?

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não seria concretude, mas sim certa visibilidade que permita que as pessoas entendam do que se trata. Todas as pessoas.

Então, vários temas muito diferentes são ótimos, desde que se consiga guardá-los sob uma única chave. Essa chave poderia se chamar REUNI, “Reunão”, REUNI versão 21, REUNI 2.0, REUNI PG, o que for. Mas eu acho que, se nós propusermos uma coisa, outra coisa, outra coisa, outra coisa, vários produtos, possivelmente nenhum desses produtos terá viabilidade. Eu acho que, se nós conseguirmos colocar todas as ideias, inclusive as “jabuticabas” — não há problema, põem-se as “jabuticabas” também —, todas elas dentro do mesmo nome, do mesmo programa, do mesmo projeto de lei, da mesma proposta, tanto melhor, envolvendo EAD, envolvendo regionalização, envolvendo inclusão, envolvendo acessibilidade.

Se tudo isso couber num programa de modernização, num programa de avanço, não sei, se ele nem tiver o nome de PROUNI, se tiver outro nome, um novo nome que nem lembre...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - V.Exa. pode me dar um aparte?

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Mas o que é isso, Excelência? Quem sou eu?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu acho, Prof. José Luiz, que está havendo uma pequena confusão. O que eu propus foi que esses tópicos entrassem para ser submetidos a uma discussão. Não vou botar a questão da CAPES, da extensão ou outra questão.

Há aqueles dez tópicos. A ANDIFES, por exemplo, seria um órgão que poderia tocar nuns pontos.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Perfeito!

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - A CAPES tocaria mais na questão do financiamento da pesquisa; o REUNI, da pesquisa e pós-graduação.



Eu queira me referir a isso. Não se trata de fazer depois um documento e colocar todos.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Perfeito. Em resposta ao brilhante aparte de V.Maga., quero dizer que, etimologicamente, isso é uma confusão mesmo. Estamos fundindo as nossas ideias numa só. Todas as minhas falas aqui foram em apoio às falas de V.Maga., mais de uma vez. Então...

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Permita-me, V.Exa. Já sei, já vai falar da sua "jabuticaba" predileta.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Da nossa.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não, eu não gosto muito de dinheiro, não faço tenção.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Mas diz que...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu não me meto com esse pessoal dali que gosta de dinheiro. Eu faço só pesquisa.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Do Direito?

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Dinheiro! Extensão é lugar para fazer dinheiro. É isso o que estou dizendo. Cansei de ver isso. Não é que vocês fazem. Mas é que eu só vejo isto: fortunas. Na minha faculdade...

A SRA. RENATA TRENTIN PERDOMO - Eu o convido a conhecer a extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Seria uma alegria. Eu lhe dou segurança de que os números são surpreendentes, chocantes. Não entram nos orçamentos por razões muito lógicas.

Eu gostaria apenas, no encerrar desta intervenção, de fazer uma última proposta, em adesão a V.Exa. Em sendo cinco as regiões do País, por razões simbólicas eu acho que todas as nossas universidades federais se sentirão muito felizes. E reparem numa questão: acho que temos representantes de todas as regiões, menos da Região Sul. Penso que todos ficaremos muito representados se, em honra ao herói Cancellier Olivo, for acatada esta proposta. Nunca mais será preciso dizer isto. Todas as vezes em que se falar na Universidade Federal de Santa



Catarina se estará dizendo do ódio e do nojo à ditadura judicial. Portanto, eu gostaria de sugerir, de oferecer ou de rogar que a reunião a ser convocada na Região Sul seja feita sob os auspícios do Magnífico Reitor Ubaldo Balthazar na Universidade Federal de Santa Catarina. Eu não falei com S.Maga., mas tenho certeza de que haveria uma recepção muito a contento. O objetivo é apenas agregar.

Lamento pelos queridos colegas que gostam e que vivem muito no cotidiano da extensão. Eu tenho colegas que a adoram e que fazem inclusive extensão gratuita. É apenas uma questão de perfil.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Qual é a extensão paga de que o senhor fala? Qual é a extensão em que há muito dinheiro envolvido?

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Eu estou preocupado.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Todas as que buscam recursos para se autofinanciarem fora dos recursos orçamentários.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Olhe, eu estou impressionado com isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - O meu diretor de faculdade, por exemplo, tem um orçamento que equivale a 10% dos orçamentos dos programas de extensão da faculdade somados. Se V.Maga. for à Faculdade de Direito, verá que, excetuados os espaços de sala de aula e de administração, os gabinetes de pesquisa ocupam um terço dos espaços dedicados à extensão. Para mim, isso é um verdadeiro despautério.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Quero fazer uma questão de ordem. Eu não conheço essa Universidade Federal de Minas Gerais em relação à questão do Direito.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É uma universidade com muito compromisso social.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - No Vale de Jequitinhonha, por exemplo, já fui consultor da FAPEMIG várias vezes. Lá existe um programa de extensão sério. Houve uma seleção muito boa em todas as vezes em que fui lá.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Em Medicina, está em primeiro lugar.



O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Em Medicina.

Eu só gostaria de dizer ao senhor que a coisa que mais vai me deixar feliz vai ser o dia em que não será mais necessário haver extensão. A extensão vai deixando de existir à medida que a situação social de um país ou de uma região não for necessitando mais desse tipo de abordagem.

Eu fico perplexo quando se diz assim: “Ah, a extensão...” Não existe uma extensão formal na Alemanha, na Inglaterra.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É que isso não é genético à universidade.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Sim, querido, mas veja bem: num país como o nosso, em que há desigualdade gigantesca...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Essa tarefa é do Poder Executivo, não é nossa.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Amigo, olhe só: se existe uma condição até constitucional de haver áreas como pesquisa, ensino e extensão — colocou-se esse tripé aí...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Isso está numa Constituição que já morreu. Ninguém mais a cumpre.

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Veja bem, dentro dessa ideia, a extensão é necessária na medida em que existe essa desigualdade. Tomara que, daqui a 10, 20 anos, acabem todas as pró-reitorias de extensão em função disso.

Agora, sinceramente, na Universidade Federal Fluminense — não tenho a experiência de Minas Gerais —, eu nunca vi um programa de extensão que recebesse isso tudo, até porque muitas vezes a Fundação Pereira Bastos financia trabalhos de extensão na UFF.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Quero só agregar três nomes, Sr. Presidente.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Como Coordenador, eu gostaria, elegantemente, de dar a palavra à Profa. Margareth, que deseja fazer uma pontuação. Depois vou lhes devolver a palavra. Mas eu também gostaria de falar,



antes que ela se retire, justamente sobre extensão. Os dois estão falando e, na verdade, os dois podem ter razão, por causa da diferença de universidade.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Eu sou pesquisadora nível 1 do CNPq — agora voltei para o nível 2 porque me distanciei um pouco, mas o meu laboratório funciona e continua orientando dez doutores. Eu tenho dito, a cada dia, para os meus estudantes de iniciação científica e também para os de mestrado, doutorado e pós-doutorado que não tem a menor graça trabalhar para o nosso currículo Lattes, tem graça sim trabalhar para a sociedade. É isso o que estou chamando de extensão.

Por exemplo, no meu trabalho de doutorado, nós isolamos algumas substâncias de uma planta e mostramos que ela tem um mecanismo de ação diferente de todos os medicamentos hoje existentes para o tratamento de asma. O que o Aché quer fazer? Ele quer levar o nosso trabalho, a nossa pesquisa, e de lá estabelecer um valor agregado para já entregar um medicamento pronto para que seja vendido no País. Por que nós vamos deixar que isso aconteça?

Dentro da extensão está a inovação tecnológica. Nós vamos preparar o xarope, nós vamos preparar a cápsula, nós vamos preparar o comprimido e entregá-lo à sociedade como um produto de uma atividade de ensino, pesquisa e extensão na universidade.

A nossa planta lá foi fruto até de um programa do *Globo Universidade*.

É dessa extensão que eu falo. O que é produzido na universidade deve chegar à sociedade, senão não há a menor graça. Não tenho a menor vontade de olhar o meu currículo e ter que produzir um A1 para a *Science* ou para a *Nature*, e isso não servir absolutamente para nada.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu gostaria que o senhor fizesse uma intervenção rápida. Depois eu voltarei, porque eu quero falar antes de a Margareth sair.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Perfeito.

Quero só agregar uma sugestão. Três instituições eu penso que deveriam ser convocadas. Se vamos fazer, e parece que estamos mais ou menos de acordo com que vamos fazer, no bojo das propostas, alguma que envolva um REUNI de pós-graduação e pesquisa, a mim me parece que é necessário ouvirmos três



instituições. Uma é a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, mais do que a UNE. Outra é o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pós-Graduação. Isso deve existir.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - É o FONPROP.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Faz sentido, e essa é a voz das universidades no que tange a pós-graduação. Não é a CAPES que fala pelas universidades. A CAPES fala pela CAPES. Pelas universidades deve falar o Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação. Imagino que deve haver um presidente de fórum de pró-reitores de pesquisa. Esses dois, no âmbito...

(Não identificado) - É um só.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É um só? Pesquisa e pós-graduação? Nesse caso, eu estou agregando apenas a ANPG e esse Presidente do Fórum de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa das universidades federais.

Eu penso que, assim, agrego ao que V.Exa. pretendia na sua fala. Eu havia esquecido. Mil perdões!

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Sérgio, o senhor tem que ser muito rápido.

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Serei rapidíssimo.

A minha sugestão, quando eu falei em ouvir os três, foi no sentido de agregar e evitar ruído. Constitucionalmente, a nossa universidade é ensino, pesquisa e extensão. Não podemos retroceder em relação a isso. Acho que não podemos nos pautar pelas distorções vistas aqui ou ali. Nós vemos distorção no ensino, na pesquisa...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - O País está desconstitucionalizado há anos, não é?

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - A distorção não pode fazer com que achemos que tudo é ruim e que, então, é preciso acabar com uma área essencial da universidade. Extensão, para mim e acho que para a maioria da comunidade acadêmica, é a interface entre a vida acadêmica e a sociedade. Ela é importantíssima.

É só isso que eu queria dizer.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vamos lá, Renata. Por favor, seja rápida.

A SRA. RENATA TRENTIN PERDOMO - Eu não sou extensionista nata, mas eu queria dizer que existem mesmo grandes distorções em relação à extensão.

Eu sou do curso de Farmácia, cuja diretriz está sendo mudada: está-se exigindo que o curso tenha 20% da sua carga horária de extensão. Lá na universidade, o relatório que nós preenchemos para fazer ascensão profissional — aquele que é feito a cada 2 anos — já confere o mesmo peso para quem faz pesquisa e para quem faz extensão. Por que eu estou dizendo isso? Por que eu estou defendendo a extensão? Porque há algum órgão maior que está direcionando a universidade no sentido de que faça isso.

Então, a minha colocação é a seguinte: não dá para seguir nossa própria opinião sem saber o que os órgãos querem, o que exigem de nós, como instituição de ensino superior. O que me preocupa nessa nossa discussão não é o que eu penso, o que a professora pensa, o que o professor pensa, mas o que esperam de nós. Não dá para nadar contra aquilo que está sendo criado. A minha única preocupação é essa.

Eu vejo a extensão crescendo. No nosso curso, por incrível que pareça, essa foi uma das formas de diminuir a evasão. Pesquisamos com os alunos os pontos que levam à evasão. Nós conseguimos diminuir a evasão levando os alunos a fazer projetos de extensão, que é a aplicação daquilo que eles aprendem.

Eu vejo que há uma população de pesquisadores que são laboratoristas, que são de bancada, e eles são imprescindíveis para o crescimento da ciência e tecnologia. Mas eu vejo também que a extensão é como uma formação para que aqueles que resolvem ir para fora em vez de ficar só na bancada tenham condições de se portar como alguém graduado e profissional.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu queria fazer um comentário sobre o que foi falado aqui.

Há coisas de que não vamos conseguir fugir. Na própria criação da universidade — e isto está claro, escrito —, ela forma um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Não se fala em assistência como decorrência do ensino. Eu vou dar um



exemplo de se trata de uma extensão que é, ao mesmo tempo, uma assistência, o que é diferente de ser simplesmente uma assistência que alguns dizem que é extensão. É diferente.

Nós temos uma farmácia universitária que foi construída na época em que eu era Diretor do Centro de Ciências Médicas, em frente ao Hospital Universitário. O paciente saía do hospital e não tinha dinheiro para comprar remédios na farmácia comum. Então o que nós fizemos? Construimos uma farmácia. Para quê? Para os alunos terem aulas de farmácia e aprenderem como fazer e manipular medicamentos, não só aqueles em comprimido e cápsula, mas também cremes, pomadas e medicamentos manipulados. O aluno saía dali, comprava o medicamento muito mais barato. E qual era o efeito disso? O efeito era que ele saía com o diagnóstico, com a medicação e ficava curado, não retornava, pagando um preço muito mais baixo. Qual é a consequência disso? O aprendizado do aluno de farmácia — isso é extensão. E não ganhavam nem 1 tostão.

Está havendo uma confusão aqui. Algumas universidades colocam os cursos MBA, que são *lato sensu*, dentro da extensão. Aí, o que acontece? Os caras trabalham no final de semana para arrecadar e ganhar bolsas — quanto a isto você tem razão — elevadíssimas.

Outra questão é que alguns projetos que são feitos com empresas — alguns têm caráter de pesquisa de pós-graduação; outros, não — ficam também na área de extensão, e os caras também ganham bolsas.

Quanto a isso, eu quero dizer que há uma distorção. Eu não estou dizendo que o pesquisador não tenha que receber por um trabalho desenvolvido. Ele não vai fazer de graça um trabalho para uma empresa, como a PETROBRAS. Mas tudo tem que ter uma regra, um limite, que deve ser imposto por cada universidade.

Então, o fato de haver distorções, como falaram aqui, não invalida que nós tenhamos extensão, que eu não quero chamar de jabuticaba. Eu chamo de extensão, porque eu conheço o trabalho.

Quando aconteceu a tragédia em Friburgo, as enchentes na Região Oceânica, foi o nosso grupo de extensão que foi para lá fazer o resgate — os alunos de enfermagem tinham um grupo que dava assistência, prestava serviço social. Isso



foi um trabalho de extensão. E ninguém ganhou 1 tostão sequer para fazer aquele trabalho. Isso enriquece a universidade e também o aluno.

O próprio trabalho que faz o CAJUFF, da universidade, não deixa de ser igual. Agora, o que nós fizemos lá? Nós contratamos, na verdade — e é complicada essa área...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - O CAJUFF faz o trabalho que a Defensoria Pública deveria fazer.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Deveria fazer, mas não faz. Essa é a verdade.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Imagine se a Universidade de Harvard, que fica numa cidadezinha minúscula, resolvesse que tem que fazer extensão!

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Mas não precisa!

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não é que não precisa; é que isso não é universidade.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Nós somos uma Comissão. Como foi falado, cada um — e acho que isto enriquece o debate — tem seu ponto de vista. Aqui todo mundo tem direito a se expressar e a colocar a sua posição. E nós temos que chegar aqui a um consenso, ou, se não houver consenso, a uma maioria, e apresentar as propostas. Nós começamos a ampliar muito. Agora já entraram pesquisa e pós-graduação. E não podemos deixar nem extensão, nem graduação de fora. É complicado.

E nós vamos priorizar essas entidades que mencionamos. Nós vamos tentar viajar para cada região — são cinco — para poder conversar, priorizando algumas universidades, como você falou. Eu acho que é positivo irmos ao Sul, a Santa Catarina, fazer a reunião com o reitor, com o grupo, se houver essa possibilidade.

Então, o que nós temos que fazer? Diante das propostas, Sérgio, nós temos que ser pontuais. O ANDES, a ANDIFES, todo mundo tem propostas. O que nós não podemos fazer é selecionar todas as propostas, que são extremamente amplas. O que nós vamos fazer vai se somar, com certeza, a muitas das propostas de outras entidades, mas vão ser coisas pontuais, factíveis, como foi colocado. Precisamos ser objetivos.



Eu gostaria que elencassem as questões, conversassem com o Renato, colocassem as propostas, para que começássemos a trabalhar no cronograma, porque há uma questão de logística. Só vai haver consequências daqui a 2 semanas. Na outra semana até vai haver uma intensificação no trabalho aqui na Câmara, um esforço concentrado. Eles vão planejar as nossas idas, viagens, cronogramas, convites, e para isso é preciso tempo.

Nesse sentido, eu peço ajuda não só à Margareth, mas a todos que possam ter uma interlocução com essas entidades. Eu vou conversar com o Presidente amanhã para saber se ele endossa o nosso pedido.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Sr. Presidente, eu sugeri duas instituições a mais. Foi sugerido por V. Maga. o Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, com o que eu penso que todos concordamos — não há problema nenhum. Mas, como havíamos pensado num REUNI de pós-graduação, eu sugeri também, em adição, o Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa — FOPROP.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Nós temos só um problema de logística: nós não podemos convidá-los com a despesa paga pela Câmara.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Então podemos eliminar quem está a mais aqui. Quem eliminamos?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Calma, deixe-me terminar meu raciocínio.

Então, o que nós vamos fazer? Nós temos que otimizar. Por exemplo, os órgãos convidados ficam praticamente todos em Brasília. Nós vamos viajar para as regiões. Nós podemos, para a escolha da região da viagem, descobrir qual faz parte do Fórum de Extensão.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Mas me parece que a ANPG está sediada aqui também.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Sim. O que eu quero dizer é que nós vamos tentar conciliar isso com a ida às regiões. Se a pessoa for de determinada universidade, nós vamos até lá. Essa é a proposta.



O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Só quero dizer mais uma coisa. Eu acho até que, em relação a essa questão dos presidentes dos Fóruns de Pró-Reitores, se optarmos por esse modelo, ainda mais se forem de regiões diferentes, é importante usarmos isso até como um critério de escolha. Por exemplo, vamos para o Nordeste e precisamos escolher um Estado. Podem dizer: “Ah, mas Pernambuco foi preterido por Sergipe!” Existe essa questão.

Então, talvez até pudéssemos usar como lógica na escolha das regiões os lugares onde existem hoje presidentes dos fóruns.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - É o que eu falei: nós temos que otimizar o tempo e também aproveitar a ida, a despesa, para...

O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS - Não precisa ir todo mundo. Vai só quem puder, um número menor de pessoas.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Nós vamos visitar a região. Eu acho que a Comissão, em vez de se reunir aqui, pode se reunir em outro lugar. Acho que não vai fazer diferença.

Então, vamos fazer um resumo? Antes de a Reitora Margareth sair, queríamos fazer um resumo geral. O que nós vamos fazer? Nós já definimos mais ou menos como vai ser a dinâmica, quem nós vamos convidar, quais são os temas. O que nós precisamos conciliar são as datas.

Como eu falei com o Renato, no caso aqui de Brasília, se pudermos colocar 3 ou 4... Eu estou incomodado com os 15 minutos. Eu acho que o tempo podia ser de 20 minutos, com uma tolerância.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Então, nós propomos o tempo de 15 minutos, com uma tolerância.

Em vez de os convidados virem, ficarem 1 dia e voltarem, de repente podemos em 3 dias falar com nove deles. Eu acho que isso adiantaria bastante o trabalho. Com um tempo de 20 minutos, numa manhã ou numa tarde — eu não sei em qual período —, faríamos isso.

O que vocês acham dessa proposta?

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Sr. Presidente, peço apenas um esclarecimento.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Pois não. Estamos aqui para esclarecer, se tivermos competência.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - *Rogata maxima venia*, V.Maga. tem todas as competências possíveis e imagináveis — não tenho a menor dúvida disso.

Ouvindo-se cada um por 15 ou 20 minutos, em 1 hora falam 3 pessoas, o que significa que, numa tarde, é possível ouvir 10 pessoas, no mínimo.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Só uma questão de ordem...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Em duas tardes nós mataríamos toda a audiência. Como na previsão original do plano de trabalho, voltaríamos ainda em setembro...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Você fala que participa de colegiados, mas você não ouviu o que ele pediu: questão de ordem. Imediatamente, é preciso passar a palavra para ele, porque ele é o cara que entende o trâmite. Você participa de vários colegiados, mas não sabe que, quando pedem a palavra para uma questão de ordem...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É que eu não ouvi a expressão “questão de ordem”.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu estou brincando.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - É muito simples: pelo padrão das audiências públicas que temos hoje, se colocamos seis ou mais pessoas numa Mesa, não é produtivo, porque o tempo é escasso.

Qual é a ideia da apresentação de 15 minutos? É só para dar um *start*, é para a pessoa dizer: *“Eu vim para isto, o meu recado é este, a minha demanda é esta”* Não importa o teor da apresentação; os 15 minutos são só para dar um aviso: *“Cheguei e vim falar sobre isto”*. Aí os demais falam.

O que é mais relevante numa situação assim é o debate. Como o senhor mesmo mencionou, o que vale mais — mais do que as pessoas terem muito tempo para falar individualmente — é justamente a troca de ideias, mais ou menos como na imagem que você colocou. Se cada um falar um pouquinho, haverá chance e tempo hábil para que, depois das falas iniciais, haja esse debate, que eu acho que é a parte mais rica.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Só quero acrescentar que não haverá uma mesa-redonda: cada convidado entrará sucessivamente. Não vamos colocar todos ao redor da mesa.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Só para finalizar, em relação à questão de tempo, a experiência de até quatro pessoas funciona bem num período, seja uma manhã, seja uma tarde — não importa. Isso funciona relativamente bem. Agora, quando se reúnem mais pessoas num período só, acaba não sendo produtivo. É só uma questão muito prática.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Desculpem-me, quero só propor que, quando for feito o convite, se o convidado já tiver alguma proposta encaminhada, ele possa trazê-la para a Presidência da Comissão.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Se o convidado quiser mandar alguma coisa, ele poderá fazê-lo.

Sr. Presidente, o Prof. Renato sugeriu que se fizesse um a um.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Mas é essa a ideia.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu já tinha imaginado uma sessão, algo mais ao modo das audiências públicas, em que normalmente duas ou três pessoas são ouvidas.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - É o que ele está propondo.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - A proposta dele me pareceu um pouco diferente. Da forma como eu havia imaginado, seria possível montar cenários de intensa contradição. É interessante que nós assistamos a pessoas que pensem de maneira diferente.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Esse é mais um dos motivos pelos quais ele tem razão. Com esse modelo, fica difícil controlar o tempo.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - E, nesse caso aí, faz sentido estabelecer que serão ouvidos três ou quatro convidados, no máximo, por tarde.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu imploro que seja por tarde.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Se me permitem, eu acho que temos sempre que deixar claro o objetivo da reunião. Senão, eles virão aqui



falar do quê? Tem que haver uma pauta dizendo qual é o nosso objetivo e o que nós esperamos do convidado em relação aos cinco temas.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - E ele deve apresentar sua proposta, deve dizer: "*Nós temos esta proposta*".

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Isso!

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Talvez o convidado proponha algo em que a gente nem tenha pensado, algo que a gente possa lapidar, juntar a outras coisas.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Teremos uma pauta para cada encontro.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Quando será a próxima reunião?

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Faço uma sugestão também. Não sei o que vocês pensam sobre isto, mas todos nós damos aulas, temos os nossos compromissos. Há uma dificuldade para nós também. De repente, em vez de chegarmos no dia do encontro e começarmos na parte da tarde, poderíamos, por exemplo, se necessário, chegar um dia antes, dormir no local, retornando na parte da noite. Daríamos aula e viajaríamos depois. Imaginem: poderíamos ter duas mesas num dia só, uma pela manhã e outra à tarde. Assim não precisaríamos perder aula, ou perderíamos só uma aula, por exemplo.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Ficaria pior para mim assim. Prefiro ouvir os outros a ter que usar a voz de manhã cedo, porque o meu cérebro não liga...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vê-se bem que temos dificuldade até de estabelecer como vamos fazer isso, qual vai ser a dinâmica. Nós temos que definir. Eu acho que nós temos que seguir as experiências dos assessores parlamentares da Casa, que sabem como a banda toca.

Eu acho que você tem razão em parte: um dia só fica muito pesado, até porque depois temos que escrever o relatório, senão nos perdemos. Eu acho que poderíamos ficar uma tarde e uma manhã; depois, à tarde, quem quisesse poderia ir embora.



O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Só proponho uma pequena alteração. A gente não costuma dar aula da mesma disciplina às terças-feiras e quartas-feiras. Em geral, as aulas são às terças-feiras e quintas-feiras ou às segundas-feiras e quartas-feiras. Se nós pudéssemos, por exemplo, emendar uma terça-feira a uma quarta-feira, já começaríamos pela manhã. A pessoa já teria viajado à noite e dormido aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Em sentido contrário, gostaria de ponderar que estamos em Brasília. Os piores dias para Brasília são as terças-feiras, as quartas-feiras e as quintas-feiras. Portanto, é preferível utilizarmos as segundas-feiras e as sextas-feiras. Necessariamente, um desses dias temos que usar, porque assim se reduz o custo.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu queria falar, por experiência própria, que é muito difícil conciliar os interesses de todos. Entendam isto: todos os interesses são legítimos. Um tem que ministrar aula, outro tem que fazer outra coisa. Portanto, é muito difícil conciliar isso. Temos que tentar fazer uma consolidação, prevendo também o dia.

Você tem razão: segunda-feira, no meu ponto de vista, é um dia melhor, porque aqui está mais vazio. Terça-feira já começa o movimento, encarecendo tudo. Então, teria que ser, por exemplo, ou segunda-feira à tarde e terça-feira... Precisamos ver quais são os melhores dias para todos. É difícil conciliar isso.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Peço só outro esclarecimento: quantas pessoas virão? Já está definido quem virá?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não. Nós estamos elencando, inicialmente, umas dez entidades, das quais obviamente virão pessoas.

Então, vamos lá: qual é o dia que vocês preferem?

(Não identificado) - Pode ser às quintas-feiras e sextas-feiras, então?

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - A Casa tem muitas dificuldades...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - A Renata, por exemplo, falou que dá aula às quintas-feiras e às sextas-feiras, o dia inteiro.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu dou aula todos os dias da semana. Para mim, não faz a menor diferença. Desde que eu tenha que abrir a boca uma única vez ao dia e não precisar gastar a voz, não há problema. Para mim, não faz a menor diferença o dia.



Eu penso que deveríamos pensar exclusivamente na Casa. A Casa morre às sextas-feiras, como nós sabemos. É difícil para os próprios servidores da Casa desenvolverem qualquer atividade às sextas-feiras, por tradição da Casa. É muito complicado.

(Não identificado) - Eu não vejo problema nisso, não.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Tudo bem. Então, nós viríamos na quarta-feira à noite para estarmos aqui na quinta-feira às 14 horas, dependendo da distância e dos hábitos. A volta poderia ser na sexta-feira à noite, quando a passagem é caríssima, ou no sábado.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vou fazer uma proposta. Esta foi a primeira reunião. Nós a fizemos segunda-feira justamente por causa do trabalho da Casa. Vamos ter várias reuniões, Sérgio, inclusive viagens. Então, vamos fazer o seguinte: a próxima reunião ficará marcada ainda para segunda-feira e terça-feira; a outra, vamos tentar fazer quinta-feira e sexta-feira. Aí vamos alternar. Vamos fazer isso.

Além disso, segundo o Renato, eles vão ter que ter pelo menos 1 semana, ou pouco mais do que isso, para... Eu preciso verificar a data. Qual é o dia provável da próxima reunião?

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - O ideal seria marcar mais para o final do mês. Dar pelo menos 15 dias seria o ideal.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não sei, não! vamos fazer 16 ou 17?

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Segunda quinzena, então?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Na primeira segunda-feira depois do dia 15.

Segunda-feira, dia 17. Faríamos segunda e terça, dentro dessa proposta, que daria tempo para convidar as pessoas.

O que vocês acham?

Margareth, fala o quê? *(Pausa.)*

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Dia 23 eu viajo para a Hungria, que é do Grupo Coimbra. Nós vamos fazer a assembleia internacional para entregar a diretoria.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não, dia 23.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Até lá...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Nós estamos falando do dia 16.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Dia 16 é domingo; dias 17 e 18.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Dias 17 e 18.

(Não identificado) - Por exemplo, no dia 18 eu teria que ir embora. Eu poderia vir e participar da atividade do dia 17. É possível isso? *(Pausa.)* Tudo bem.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Bom, o que nós vamos fazer? O Sérgio vai fazer uma consolidação junto com o Renato e com o pessoal, com ajuda da estrutura da Câmara. Aí nós vamos interagir com o grupo. E o Renato vai tentar colocar a agenda das datas, convidando... E vou pedir amanhã ao Presidente que endosse o nosso pedido convite.

Está bom assim?

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Em relação à questão do cronograma, se a intenção é fazer encontros regionais, é importante o quanto antes isso estar delimitado por questão de controle de passagem. Há o deslocamento de vocês, há o deslocamento de pelo menos um de nós dois.

(Não identificado) - Decidir as universidades...

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Decidir as universidades, exatamente. Esse é um elemento. Pelo menos que seja aproximado um cronograma dessas visitas. Nós otimizaríamos isso. No Centro-oeste, faríamos a reunião em Brasília mesmo, evidentemente.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu vou fazer o seguinte. Eu vou amanhã pela manhã à ANDIFES, antes de vir para cá. Já trago a relação das universidades que têm esses coordenadores no fórum, e nós tentamos definir uma data. Vamos acertar uma data, mesmo que não seja definitiva. Definimos no grupo, para todo mundo saber que, além da rodada com as autoridades, nós vamos para essas reuniões nos dias tais e tais. Vamos ter que rodar mesmo os dias. Não vamos poder ficar só nos dias que falamos.



A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - Vamos fazer uma fotografia? Eu preciso sair. Vou dar entrevista, porque o meu voo é agora às 17h25min.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Para finalizar, o que nós vamos fazer, então?

O Sérgio vai fazer um relato.

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Eu vou fazer um relato e mando por WhatsApp ou por *e-mail*.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Sr. Presidente, antes...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Deixe-me só terminar esse raciocínio. Pode ser? *(Pausa.)*

Então, o Sérgio vai fazer esse bate-bola, depois vai botar no grupo. Não quer dizer que seja definitivo. E, amanhã, eu trago as universidades, e nós já colocamos as datas não só da reunião aqui que já estava prevista como as das viagens às regiões.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Às universidades do... Eu ia sugerir que pesquisássemos na Internet e definíssemos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Vai haver outra reunião amanhã?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Amanhã vocês resolvem.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu vou à ANDIFES e já trago onde é o fórum de pró-reitores...

(Não identificado) - Onde há gente de cada uma das entidades.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - E já peço até o contato dos reitores também. Está bom?

Alguma coisa mais, pessoal? Alguma palavra de sinalização? *(Pausa.)*

Quando nós fomos convidados para compor esta Comissão — eu fui, de certa forma, distinguido com a coordenação; acho que qualquer um tem condição de assumir a coordenação —, eu achei interessantes as reações de algumas pessoas



dos mais variados locais, vamos dizer assim: *“Ah, mas por que não fez isso?” “Por que não fez aquilo?”*

Eu falei assim: *“Olha, você vai lá, consulta o Presidente da Câmara e pergunta a ele por quê”*. Como é que eu posso dar uma resposta? Cada um fica colocando um probleminha. Ele é o representante de um poder. Ele nomeou a Comissão, não é? Ele sabe por que está fazendo isso. E o que nós temos que fazer é fazer parte e corresponder. Não me cabe aqui... Aí, começa cada um a botar uma opinião, dizendo como devia ser ou deixar de ser, quem devia nomear.

Conversando com a Margareth aqui, ela disse que também já foi indagada por alguns setores. Então, ficam esses questionamentos fora de hora. Eu acho que as pessoas têm que esperar o trabalho árduo da Comissão e têm que esperar o resultado.

E nós estamos fazendo um trabalho para a Câmara. Depois, compete a todos nós entregar o relatório final ao Presidente, apresentar o que achamos, dizer quais são as propostas, a partir dessas discussões e avaliações.

E caberá a ele... Como você disse muito bem, cabe ao Poder Legislativo legislar, propor leis que melhorem a educação. Então, a competência fica com o Presidente da Câmara.

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - De entregar o relatório aos presidenciais.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Exatamente, isso compete ao Presidente da Câmara.

Então, nós estamos fazendo um trabalho por um dos Poderes da República, a Câmara dos Deputados, representado pelo Presidente Rodrigo Maia, e o faremos com toda a tranquilidade.

Então, não temos...

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - E o Vice?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Hã?

O SR. SÉRGIO MENDONÇA - Vamos só escolher um vice aqui, só para... Acho que é bom termos um vice só para...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Ah, é, tem razão, um Vice-Coordenador. Está vendo? Eu fui aparteado naquele momento, e íamos esquecendo.



Então, gostaria de saber quem se dispõe a participar como Vice-Coordenador. Eu proponho que seja alguém de outra instituição. Eu proponho.

O SR. ALEXANDER SIBAJEV - Eu proponho que seja uma mulher.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Eu acho que, por ser da estadual, eu estou até meio constrangida.

Eu não sei. A Margareth...

(Não identificado) - A Margareth já disse que não.

A SRA. MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ - É bom que agreguem a estadual.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - É, não sei. Talvez outra...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Josiani, você aceita essa empreitada?

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Eu fiquei até um pouco constrangida. Como sou a única de uma estadual, eu não quis me manifestar muito. Então, se não houver problema para todo mundo, eu aceito.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Como eu disse, toda a repercussão aqui terá um efeito positivo nas estaduais e nas poucas municipais que temos. Então, não tenho dúvida.

(Não identificado) - É educação pública. Não é federal.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Isso até mostra que esta Comissão sabe aproveitar o que ela tem de melhor, que é o dissenso, são as diferenças.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Claro.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - É isso que temos que respeitar, senão nós não vamos discutir universidade.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Claro, claro.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vamos ter que ter outro nome, porque "universidade" já está dizendo "diversidade", grupos diferentes. Então, é disso que nós precisamos para as nossas instituições.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Eu não acho que faça diferença uma mulher.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Isso.



A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Eu entendi a “pública”. Eu vim com esse intuito, mas, depois...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - E Franca é o último conclave mineiro em São Paulo que ainda nos falta recuperar.

A SRA. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA - É, está na beirada. *(Riso.)*
Obrigada, gente!

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu gostaria de finalizar escutando o decano e o Renato.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - De minha parte, eu só aprendi com a discussão. Reitero apenas que estou à disposição para dar o suporte que for necessário, estudos, levantamentos que puderem gerar informações e subsídios para que os senhores possam discutir, debater, enfim, dar concretude às propostas sobre os temas selecionados.

Foi uma satisfação! Espero poder atender às expectativas do grupo nos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI - Eu ratifico as palavras do Ricardo. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Podemos, então, dar como encerrado este momento? *(Pausa.)*

Muito obrigado a todos. Eu sugiro que possamos, num café aqui perto, sentar e festejar com um cafezinho para comemorar.